



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1763/12	DATA: 11/12/2012
INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 17h18min	DURAÇÃO: 02h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h25min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.  
ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.  
LEIDE TAKAHASHI – Gerente de Projetos Ambientais da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.  
LEANDRA GONÇALVES – Coordenadora do Programa Costa Atlântica da Fundação SOS Mata Atlântica.  
JEAN-FRANÇOIS TIMMERS – Diretor de Políticas Públicas do WWF Brasil.

SUMÁRIO: Debate sobre os principais temas e resultados do 7º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação e do 3º Simpósio Internacional de Conservação da Natureza.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Boa tarde a todos os amigos presentes.

Peço desculpas pelo atraso, mas ontem estivemos — eu, o Deputado Sarney Filho, o Deputado Ricardo Tripoli e Senadores — nas terras dos guaranis-kaiowás, naquela tensão terrível que vocês podem avaliar. Foi uma viagem muito difícil, com estouros de pneus e tudo aquilo, e nós conseguimos chegar aqui uma e meia da manhã. Às 2 horas, eu consegui chegar em casa, com uma gripe monumental. Peço perdão a todos.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, destinada a debater os principais temas resultados dos seguintes eventos realizados em Natal, Rio Grande do Norte, no período de 23 a 27 de setembro de 2012: VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação e III Simpósio Internacional de Conservação da Natureza. O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e está sendo gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Quero convidar os seguintes expositores para comporem a Mesa, de acordo com a programação. Concederei a palavra, por 15 minutos, a cada convidado, e, após as palestras, faremos os debates.

Quero convidar o Sr. Roberto Ricardo Vizentin. Uma salva de palmas para animar, para ver se melhora a minha gripe. (*Palmas*).

Convido o Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, primo do grande Eduardo, seu fã (*palmas*); Leide Takahashi (*palmas*); Leandra Gonçalves (*palmas*); Jean-François Timmers (*palmas*).

Agora, se vocês me permitem, eu vou identificar as nossas personalidades presentes. O Sr. Roberto Ricardo Vizentin é Presidente do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). O Sr. Roberto Brandão Cavalcanti é Secretário da Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. A Sra. Leide Takahashi é Gerente de Projetos Ambientais da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. A Sra. Leandra Gonçalves é Coordenadora do Programa Costa Atlântica da Fundação SOS Mata Atlântica; espero que Padovani tenha



permitido a sua vinda. E o Sr. Jean-François Timmers é Diretor de Políticas Públicas da WWF do Brasil.

Obrigado a todos.

Vamos ouvir, então, o Sr. Roberto Ricardo Vizontin.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Obrigado, Deputado Penna. Faço uma saudação muito respeitosa. Obrigado pelo convite.

Cumprimento também os colegas com quem compartilho a Mesa, o Deputado Sarney Filho e todos os que comparecem a esta audiência.

Eu tenho comigo, Deputado, que a contribuição que podemos trazer neste momento é justamente refletirmos no que consistiu, vamos dizer, esse espaço do VII Congresso.

Também aproveito a oportunidade para, mais uma vez, agradecer à Fundação Boticário, que realiza e lidera esse processo dos congressos brasileiros, que são, seguramente, o principal espaço que temos para fazer o debate crítico e propositivo a respeito da conservação e, em particular, do papel das Unidades de Conservação no nosso País.

Quero apresentar, portanto, nesta audiência, um extrato do que foi esse debate no Congresso, refletindo, obviamente, os elementos centrais que, a nosso ver, correspondem aos grandes desafios hoje de consolidação, implementação e ampliação do nosso sistema, em particular no que diz respeito às Unidades de Conservação a cargo do Governo Federal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, portanto.

Eu sempre fico mais à vontade quando o Cavalcanti fala primeiro (*risos*), porque, como sabemos todos, o nosso Instituto é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e quem estabelece as políticas, as diretrizes é o Ministério; cabe-nos implementá-las. De qualquer forma, é uma relação de mão dupla e, seguramente, ele vai, na sequência, arredondar nossa contribuição aqui.

Como aproximação geral, todos sabemos que hoje o Instituto Chico Mendes é responsável pela gestão de 312 Unidades de Conservação, o que corresponde a um quantitativo de aproximadamente 75 milhões de hectares. Eu sempre gosto de fazer a comparação, para se ter uma ideia da dimensão desse quantitativo: 75 milhões de hectares são, por exemplo, a área ocupada pela agricultura brasileira, fora a



pecuária, porque seriam mais 200 milhões. Apenas no âmbito do Sistema de Unidades de Conservação, aquelas a cargo do ICMBio representam isso. Se considerarmos o conjunto — as estaduais e as municipais —, praticamente dobramos esse quantitativo. E, se considerarmos outros tipos de áreas protegidas, como as terras indígenas, é ainda muito mais expressivo, em termos comparativos com o território nacional, esse extraordinário patrimônio fundiário e natural que está contido nesse conceito de áreas protegidas, em particular das Unidades de Conservação.

Talvez seja importante termos clara essa dimensão porque é verdade que, de certa forma, num passado recente e, eu diria, em boa medida, ainda na atualidade, nosso foco na gestão das Unidades de Conservação está muito voltado para aquilo que elas representam enquanto unidades em si. É como se o nosso olhar, a nossa ação estivesse obviamente orientada para o espaço geográfico, territorial representado por essas Unidades.

Isso tem todo um significado, mas nós estamos cada vez mais convencidos de que, se as Unidades de Conservação não forem apreendidas, entendidas e situadas num contexto mais amplo que dialogue com a própria questão do desenvolvimento regional, numa primeira instância, e, num patamar mais estratégico, se elas não puderem ser percebidas como um elemento central do próprio projeto de desenvolvimento nacional, nós teremos mais dificuldade em implementar e consolidar essas Unidades e o extraordinário patrimônio que elas representam. Diria mais, nós teremos mais dificuldade ainda — e seguramente o Secretário Cavalcanti irá se referir a isso — em alcançar nossas metas de ampliação das áreas protegidas e, em particular, a ampliação da criação de novas Unidades de Conservação.

Digo isso exatamente porque as ações e as medidas necessárias para uma efetiva implementação dessas Unidades extrapolam, e muito, as atribuições e competências do Ministério do Meio Ambiente e, muito mais ainda, aquelas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Trata-se de ações que têm a ver com a gestão interna dessas Unidades, sejam elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, mas, muito mais do que isso, da implementação de um conjunto de políticas públicas responsáveis, que têm a atribuição de assegurar, de prover as



Unidades dos serviços, dos equipamentos e das ações necessárias para o efetivo cumprimento de sua finalidade.

Vou dar um exemplo que nos mobiliza neste exato momento. Agora mesmo, no Ministério do Meio Ambiente, está acontecendo uma pré-reunião, que antecipa uma reunião que será feita amanhã. Há 3 semanas, ocorreu no Amapá o Congresso das Populações Extrativistas, que têm uma importância grande em relação às comunidades que vivem nas Unidades de Uso Sustentável, sobretudo as RESEX, mas também as RDS e as FLONAS, em muitos casos. A pauta de reivindicação dessas comunidades tem muito a ver com a possibilidade de viabilizarmos, efetivamente, a convivência das populações em uma relação harmoniosa, *vis-à-vis* o propósito, que sempre é, em última instância, o da conservação.

No caso das Unidades de Uso Sustentável, particularmente das RESEX, elas são criadas com o pressuposto de que essa conservação depende da relação com essas comunidades, mas isso envolve, evidentemente, a instalação de infraestrutura e de logística, fomento e apoio a uma produção em base verdadeiramente sustentável. Nós estamos falando do acesso à energia elétrica, do fomento à produção, do beneficiamento dessa produção, da comercialização, da assistência técnica, da relação dessa produção com a transformação, do mercado, que está muito distante da governabilidade, da atribuição, da capacidade do Instituto.

Ao mesmo tempo, dando outro exemplo, agora em relação às Unidades de Proteção Integral, que correspondem aos parques nacionais, aos monumentos naturais, às reservas biológicas, às estações ecológicas, a possibilidade de essas Unidades se constituírem verdadeiramente em um espaço protegido, *vis-à-vis* a necessidade de espécies ameaçadas ou a manutenção de serviços ecossistêmicos presentes nessas Unidades, passa por todo um contexto de desenvolvimento do entorno dessas Unidades. Sem isso, por mais eficazes que sejamos — e reconhecemos que nem sempre o somos —, não há nenhuma possibilidade de assegurar as condições mínimas necessárias para que esses espaços sejam verdadeiramente protegidos.

Nesse sentido, o que está posto neste momento é um salto qualitativo que implica a compreensão de que a tarefa de implementação das Unidades de Conservação depende de um arranjo institucional, de um alinhamento no âmbito dos



órgãos responsáveis pelas políticas públicas e de uma relação com a sociedade envolvente, seja dentro ou no entorno dessas Unidades, em um patamar muito diferente daquele que praticamos.

De certa forma, tenho comigo que nem sempre a nossa narrativa dá conta de explicitar para a opinião pública, para os órgãos responsáveis, para o próprio Congresso Nacional quais são esses verdadeiros desafios e quais são as medidas necessárias para que esse salto a que me refiro seja realizado.

Entre outras questões estratégicas importantes, fizemos esse debate no âmbito do CBUC e avançamos ainda mais para indicar que — falando de nós mesmos, o órgão responsável, o Instituto Chico Mendes e o Ministério do Meio Ambiente —, se o Governo como um todo não elaborar uma política adequada e, associada a essa política, uma estratégia de relação com a sociedade num sentido mais amplo, em particular, com nossos parceiros mais imediatos para a gestão dessas Unidades, nossa tarefa será muito difícil; diria praticamente impossível.

Por isso, valorizamos tanto esse espaço oportunizado pelo CBUC e o papel que desempenham organizações como a Fundação Boticário, entre outras, que estabelecem, numa lógica da sociedade de setores, inclusive do empresariado nacional, toda uma gama de possibilidades para uma gestão verdadeiramente compartilhada naquilo que está diretamente vinculada às finalidades das nossas Unidades de Conservação, repito, tendo como referência fundamental e estratégica a conservação e percebendo que, se nós não tivermos a capacidade de verdadeiramente explicitar o papel e a função que essas Unidades têm, para além da conservação como elemento central para promover um desenvolvimento pouco sustentável e socialmente imprudente, nossa tarefa fica muito mais difícil.

Em que pese o Instituto Chico Mendes ter apenas 5 anos de criação — estamos reconhecendo evidentemente que a sua responsabilidade institucional estava atribuída anteriormente ao IBAMA, portanto, não são apenas 5 anos que temos de caminhada nas Unidades de Conservação —, o fato de termos um instituto hoje com uma atribuição específica para cuidar em âmbito do Governo Federal nos permite ter condição de dar esse salto.

Temos dialogado muito com o Deputado Sarney Filho, aliado de toda hora. De fato, não nos cansamos de fazer esse registro, esse reconhecimento.



Queria fazer essa abordagem para concluir esta primeira contribuição. Em muitos casos, a consolidação das nossas Unidades, além de ter como implicação essa necessidade de se estabelecerem novas bases para sua gestão, nos termos com que me referi — ampliando nossa interlocução, trazendo novos parceiros, assegurando realmente o uso público, a visitação no caso daquelas que se destinam a esse fim —, devemos enfrentar um problema também que nos parece ser de maior gravidade. A expressão talvez seja muito exagerada e imprópria, mas estou cada vez mais convencido de que é necessária. Trata-se, inclusive em alguns casos concretos, de recriar muitas das Unidades de Conservação. Esse “recriar” é que eu acho que pode conotar um exagero na abordagem.

Referia-me a uns colegas do Instituto, de uma Unidade, do Monumento Natural denominado Pontões Capixabas, no nosso glorioso Espírito Santo, que, em 2002, foi criado como parque nacional.

Logo nos demos conta — e mais uma vez o Deputado Sarney Filho nos ajudou muito nisso — de que, nesse parque nacional, que apresenta uma beleza extraordinária por esses pontões, e quem não os conhece deve fazer de tudo para conhecê-los, há uma realidade constituída pela presença de mais de 600 famílias (imigrantes pomeranos, italianos, poloneses, descendentes de escravos) que literalmente se constituem em comunidades sustentáveis sob todos os pontos de vista, em uma relação extremamente positiva e benéfica com esse Monumento Natural que são os pontões rochosos do Espírito Santo e que, de repente, se viram afetadas pela criação de um parque nacional.

Ao nos darmos conta disso e mudarmos a categoria de parque, criamos um Monumento Natural, que, como se sabe, é outra categoria de proteção integral, que admite a propriedade privada, mas cujo regime jurídico da propriedade, como regra geral, deve ser público.

E, outra vez, essas famílias, entre a cruz e a espada, entre aceitarem um parque e a necessidade de serem desapropriadas, vendo ali, portanto, um sonho perdido — como eu disse, são comunidades historicamente constituídas de pequenos proprietários, com 2 ou 3 hectares, de famílias que vivem ali —, aceitaram então o Monumento, porque ele permitia a propriedade privada. Mas elas não se



deram conta, talvez por falha da própria implementação da Unidade, de que continuam dentro de uma Unidade de Proteção Integral, e há muita insegurança.

Eu só trago esse exemplo porque é o mais recente; venho de lá agora. Nessas condições — e isso se repete em muitas outras situações concretas de Unidades de Conservação —, nós devemos ter apoio. Eu tenho pedido muito esse apoio, frequentado esta sala e outras do Congresso Nacional, para podermos, como nos referimos no Sul do País (embora criado no Mato Grosso, sou natural de lá), fazer aquele freio de arrumação: quando estamos andando com a carroça cheia de abóbora, é preciso dar uma brecada para as abóboras se reposicionarem e a carga poder seguir.

Então, nós temos que fazer um freio de arrumação, Deputado Penna, sob pena — não essa “penna” — de gastarmos nossa energia vital na gestão de conflitos, que se reproduzem a cada momento, em vez de destinar todos os nossos esforços humanos e financeiros para realmente realizar as ações de consolidação desta e de outras Unidades.

Isso significa o seguinte: o Ministério do Meio Ambiente, representado aqui pelo Secretário Roberto Cavalcanti, e o ICMBio devem apresentar, inclusive a esta Casa e à opinião pública, à sociedade brasileira, o verdadeiro estado da arte da conservação das Unidades de Conservação neste País, identificando quais são os nossos problemas e o nosso passivo fundiário, que é da ordem de 20 milhões de hectares, o que necessitaria de uma emenda do Deputado Penna e de todo o Congresso Nacional na escala de, talvez, 20 bilhões de reais, para podermos fazer esse salto.

Estamos operando fortemente. Quero agradecer e, concluindo, sob a orientação da Ministra Izabella Teixeira, entregar essas encomendas que há tempo nos estão sendo feitas, inclusive pelo Congresso Nacional, mas, principalmente, pela opinião pública brasileira, que quer ver o nosso sistema consolidado, efetivo.

Queremos, então, fazer esse debate com toda a transparência, com todo o envolvimento do Congresso Nacional, para consolidarmos esse patrimônio das Unidades criadas e podermos avançar nas metas que o Cavalcanti vai nos apresentar aqui.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Obrigado, Roberto.

Quero dizer a você, Sr. Roberto, que, na Comissão de Meio Ambiente, nós aprovamos um projeto do Deputado Angelo Vanhoni, do Paraná, para abraçar essas comunidades culturais.

O Governo teve dificuldades, mas terminamos convencendo-o de que era necessário que todas essas comunidades originais, formadoras da nossa etnia, tivessem essa cobertura. Os índios já a têm; mais recentemente, os quilombolas também a receberam, mas comunidades como a dos pomeranos e dos polacos não têm nenhum instrumento que as abrigue. E, em uma luta muito importante do Deputado Sarney Filho, o projeto foi aprovado.

Quero anunciar, além da presença do Deputado Sarney Filho, a do nosso colega Deputado Arnaldo Jordy. Assinaram presença também os Deputados Antonio Bulhões, Fernando Marroni e Paes Landim.

Neste momento, quero pôr a Presidência à disposição do Deputado Sarney Filho ou mesmo do Deputado Arnaldo Jordy.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, temos, daqui a pouco, uma reunião de Líderes, que vai estabelecer, talvez, a última pauta deste ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Penúltima, Zequinha, porque espero lhe rever no ano que vem.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Não, deste ano legislativo. Falei muito claramente (*risos*). Nesse sentido, não vou poder me demorar muito aqui.

Sei que, como sempre, essas audiências públicas estão sendo transmitidas ao vivo pela Internet. Vamos poder ter acesso, depois, a essas palestras. Então, justificando, mas, ao mesmo tempo, querendo deixar algumas questões que já foram de certa maneira abordadas pelo nosso Presidente do ICMBio, digo que eu, quando fui Ministro do Meio Ambiente, levantei a questão sobre a criação de Unidades de Conservação com a nossa equipe, para discutirmos isso.

O passivo fundiário já era grande, e as reclamações eram até maiores que as de hoje, porque a questão ambiental ainda não estava muito bem consolidada. Então não existia uma pressão mais eficaz, como hoje nós temos, embora a eficácia não se tenha mostrado muito produtiva aqui no que diz respeito ao Código Florestal.



De qualquer forma, levantamos essa questão, que acho fundamental para as Unidades de Conservação, principalmente as de uso restrito.

Quando tivemos essa discussão interna, a maioria dos membros da nossa equipe — e muitos deles ainda permanecem no Governo; outros estão em organizações da sociedade civil — foi contra, dizendo que ainda estávamos em um embate e que, primeiramente, precisávamos firmar posição. Depois que tivéssemos firmado essa posição, poderíamos então encarar essa outra fase do processo, que era a regularização fundiária, o plano de manejo, enfim, tudo aquilo de que uma unidade de preservação precisa para que possa realmente cumprir suas finalidades.

Aquilo foi no século passado. Já estamos em 2012. Então, eu acredito hoje, firmemente, que essa fase inicial do embate, da criação para marcar posição, para impedir, para criar barreiras contra o desmatamento na Amazônia, para criar barreiras contra determinadas atividades que iriam afetar sobremaneira uma parte importante e rica de um bioma, não é mais tão necessária, embora não possa ser descartada em determinadas situações.

Agora estamos realmente na fase em que temos de fazer com que essas Unidades de Conservação possam ser não somente um pedaço importante da nossa biodiversidade a que as futuras gerações terão acesso, mas também que possam prestar serviços à comunidade, no sentido de fornecer educação ambiental, demonstrar novas maneiras de convivência com a nossa biodiversidade.

Eu acho que nós estamos nesse momento. Porque, de certa forma, o fato de a gente não ter inteiramente plantado a maioria das nossas Unidades de Conservação faz com que o entorno delas, que deveria ser amigo, deveria tê-las como vetores de desenvolvimento, se transformem, às vezes, em inimigos, lutando para acabar com a unidade de conservação, no caso um parque, uma reserva. Então, na maioria das vezes, a razão é justamente essa. As pessoas se sentem injustiçadas com legitimidade — a maioria delas. Então eu acredito que essa deva ser uma nova fase no que diz respeito às Unidades de Conservação. Como já foi dito aí, não há diferença nisso.

O Congresso tem dado demonstrações de sensibilidade. Pelo menos no que diz respeito à nossa Comissão, pelo segundo ano consecutivo, nós aprovamos



proposta de emenda orçamentária para colocar recursos especificamente nessa agenda da regularização fundiária.

Tenho certeza — nós temos conversado a esse respeito — de que também a CTNBio e o Ministério do Meio Ambiente têm interesse muito grande nessa questão. No entanto, o que se verifica é que, mais uma vez, o Governo não tem uma posição uniforme, porque, quando se vai à execução dessas verbas orçamentárias, elas não são priorizadas. Ao contrário, elas são deixadas numa situação secundária.

Eu acho que, talvez, a gente possa fazer uma parceria ainda mais importante — o Congresso, através da Frente Parlamentar Ambientalista, através da Comissão de Meio Ambiente — para sensibilizar setores do Governo, porque essa questão é uma prioridade de governo, é uma prioridade da política governamental.

Eram essas as questões que eu gostaria de levantar, Presidente Penna. Eu vou ficar ainda mais uns 20 minutos, depois eu vou para a reunião de Líderes. Mas eu gostaria já de deixar registrado, porque eu vou sair sem atrapalhar quem estiver falando na hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Então, vamos passar a palavra aqui ao Dr. Roberto Brandão Cavalcanti. *(Pausa.)*

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Inicialmente, Sr. Presidente da Mesa, Parlamentares presentes, Deputado Sarney Filho, Presidente da Comissão, Deputado Arnaldo Jordy, é um prazer estar aqui. Normalmente quem aperta o Governo é o pessoal da sociedade civil. Mas agora eu fui apertado pelo próprio Presidente da CTNBio dizendo que eu é que iria falar em nome de várias políticas do Ministério. *(Risos.)* E, obviamente, é um prazer estar aqui representando a Ministra Izabella, porque eu sei que, sempre que possível, ela faz questão de estar presente no Parlamento.

Temos aí um grupo de representantes que conhecem tanto ou, às vezes, mais do que eu a questão das Unidades de Conservação. Como foi colocado pelo Deputado Sarney Filho e pelo Presidente Vicentinho, nós estamos numa situação realmente de transição e de enormes desafios.

Queria parabenizar também a Fundação Boticário que, desde a sua instalação, há mais de 2 décadas, vem incessantemente trabalhando na questão da conservação da biodiversidade, do apoio à área científica, dando exemplos, criando



áreas protegidas, como as duas grandes reservas, de Salto Morato e da Serra do Tombador, na Chapada dos Veadeiros. Vemos realmente, como o Deputado Sarney Filho e o Deputado Penna colocaram aqui, certo paradoxo no fato de a gente estar numa situação de tantas dificuldades com as Unidades de Conservação, quando elas são realmente o grande tesouro de um país como o Brasil, que é número 1 em biodiversidade. Porque as Unidades de Conservação nada mais são do que âncoras da paisagem natural. Então, não são as pessoas que escolhem onde colocar — claro, isso é uma decisão, digamos até, administrativa —, mas é o próprio padrão da biodiversidade das paisagens naturais que nos indicam onde devem estar as grandes unidades, seja o Parque da Tijuca, seja o Parque do Iguaçu.

Aqui, em Brasília, o Distrito Federal foi fundado junto com o Parque Nacional de Brasília. Esta água aqui que a gente está bebendo vem do Parque Nacional — vocês sabem —, o grosso da água do Plano Piloto vem da Reserva de Santa Maria, que fica dentro do Parque Nacional de Brasília. Ou seja, sem o Parque Nacional de Brasília, nós não teríamos grande parte dos serviços ambientais, das áreas verdes, da conservação de espécies. Então os parques nacionais e as reservas quase não precisam justificar a sua existência. Eles são parte da sociedade brasileira, do País que nós temos.

Outro exemplo. Quinta-feira eu vim lá da Chapada dos Veadeiros. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, patrimônio da humanidade, digamos, é o ícone da região, mas grande parte da economia regional e dos atrativos turísticos não está dentro do parque, está fora do parque. Mas a presença do parque é que ajuda a um sem-número de pousadas, de cachoeiras... Eu vou lá há vários anos. Cada vez que eu vou lá, Deputado, o meu projeto é ir conhecer uma cachoeira que eu ainda não conheço, um lugar que eu não conheço. Já são mais de 30 ou 40 lugares, e toda vez surgem mais. Esses exemplos que eu estou falando para esses parques e reservas se aplicam ao Brasil todo.

Então, realmente eu conheço muitos países do mundo, como vocês, e eu não conheço nenhum país que tenha um sistema de unidade de conservação tão extenso, representativo e globalmente importante quanto o do Brasil. Porque aqui nós temos os grandes biomas do mundo: a Mata Atlântica; as áreas de coral mais importantes do Atlântico Sul; a Amazônia, obviamente; o Cerrado, que é de uma



riqueza extraordinária, porque o Cerrado está no ponto de encontro dos grandes biomas da América do Sul.

Outro dia eu estava dizendo: *“Bom, aqui no Cerrado você tem 12 mil espécies de plantas. Quase 5 mil dessas espécies não existem em nenhum outro lugar do mundo.”* Agora é esperar demais que cada fazendeiro, cada proprietário rural individualmente assuma a responsabilidade de proteger tudo isso. Então o nosso sistema de parques e reservas de Unidades de Conservação visa isso: prestar um serviço à sociedade. Há, por exemplo, toda essa controvérsia de licenciamento ambiental. Eu digo: *“Olha, para o pessoal que está, por exemplo, querendo fazer um novo empreendimento, abrir uma fazenda, fazer uma plantação, ou você vai ter que lidar pessoalmente cada vez que você encontra uma espécie rara ou ameaçada de extinção, ou você vai ter um sistema de parques e reservas que te ajuda a resolver o problema.”*

É a situação do Jalapão, do extrativismo do capim dourado. Seria mil vezes mais difícil você ter um extrativismo sustentável de capim dourado no Jalapão, se você não tivesse uma meia dúzia de grandes parques e reservas que garantam a conservação nativa daquelas plantas. Ou seja, os problemas que nós temos hoje — e eu vou apresentar aqui vários deles na questão do sistema de Unidades de Conservação. Não são problemas de origem, não são problemas de necessidade, são problemas de implementação prática.

Eu sempre falo que a questão da conservação é um desafio das sociedades humanas. Se não tivesse gente, você não teria problema de conservação. Então, por definição, quando a gente está se preocupando com a conservação, a gente está se preocupando com o bem-estar das sociedades humanas e com o que nós podemos fazer.

Outra coisa que eu sempre falo, Presidente, é o seguinte: a conservação é a coisa mais barata do mundo. Porque as espécies de plantas e animais estão se reproduzindo constantemente, de graça. Então o que nós precisamos é entender um pouco os processos que levam à reprodução das espécies e dar uma chance para elas.

A gente vê aqui o Plano Piloto em Brasília. Aquela área relativamente pequena, o Parque Municipal Olhos D'Água. Uma em cada quatro espécies de aves



do DF está presente ali. Mais de cem espécies de aves estão presentes numa área de 21 hectares. Claro, elas não são todas sustentadas ali. Algumas passam, não é?

Eu acho que acontece o seguinte. Existe conservação para qualquer orçamento, e as necessidades de conservação são primariamente necessidades da sociedade humana. Não são coisas inventadas para encher a paciência dos outros.

A biologia, ao contrário de outras áreas, trabalha de graça para nós. O Brasil, realmente, tem a sorte de estar numa das áreas de maior biodiversidade do mundo, por quê? Nós não temos grandes desertos no Brasil; a população brasileira, em relação ao tamanho do território, é uma equação extremamente favorável; todas as experiências — as pessoas falam muito em degradação — de recuperação ambiental são ótimas, excelentes; mesmo as áreas da Mata Atlântica, que a gente achava que seriam difíceis, os poucos esforços... A gente sabe que a Floresta da Tijuca foi recuperada basicamente pela ação humana.

Então, eu sou um otimista, e não um otimista teórico. Como eu sou treinado na área de ciências, eu acho que, com o mínimo conhecimento da parte biológica e da importância do sistema de UCs, a gente realmente consegue resolver os problemas, que não são poucos. O principal problema — nesse caso, eu faço eco às palavras do ex-Ministro Sarney Filho — é que a agenda ambiental, tradicionalmente, trabalhou de dentro para dentro: o público dos órgãos ambientais são os outros órgãos ambientais e a comunidade de conservação. Essa agenda nunca vai desaparecer. Mas é a agenda da sustentabilidade que hoje consome e vai consumir cada vez mais tempo e esforço. Digo isso porque uma coisa é administrar um parque de proteção integral, outra é pegar uma área como o Distrito Federal, onde há tudo: plantio de eucalipto, áreas urbanas de alta densidade, um parque onde as pessoas podem correr, andar de bicicleta, levar os animais para passear.

No caso das áreas agrícolas, como é que dentro de uma matriz da paisagem se consegue garantir a sobrevivência das espécies e a coexistência com as comunidades humanas? Esse é um desafio muito mais importante e difícil do que pegar uma área protegida e designá-la remotamente. Foi fácil criar as áreas protegidas remotas justamente pelo baixo grau de ocupação de boa parte dos territórios brasileiros e, mesmo nas áreas de ocupação indígena, há uma identidade razoável entre a agenda de conservação e a agenda indígena.



O Brasil estabeleceu um recorde em 2006, ou melhor, no início da década de 2000, para criar o maior parque de floresta tropical do mundo, que é o Parque do Tumucumaque, com praticamente 4 milhões de hectares, do tamanho da Bélgica, e ninguém falou nada. Mas vá tentar criar um parque como este em países como a China, a Índia e a Indonésia! Seria absolutamente impossível. O Brasil teve muita sorte, e houve muitas pessoas esclarecidas e de visão que fizeram esta estratégia. Agora essa estratégia chegou a um ponto tal, que está na hora de a gente passar para outra, que consiste em partir da estratégia ambiental *stricto sensu* para uma estratégia de interação, Deputado, com a sociedade do desenvolvimento sustentável.

Hoje o problema não é somente expandir o sistema de unidade de proteção do Cerrado; é chegar para o agricultor, que tem que designar, pela nova lei florestal, 20% ou mais da sua área como área de conservação — APP — e ajudar a desenhar uma área que dê retorno em termos de sustentabilidade para a sua própria produção agrícola. O que a gente diz para esse pessoal? Bem, no Cerrado só chove 6 meses por ano, e precisa-se de água 12 meses por ano. De onde vai vir a água nos 6 meses em que não chove? Pelo manejo da paisagem. Os rios do Cerrado correm 12 meses por ano. Por quê? Por causa do sistema de grandes chapadões e de áreas protegidas que atuam como gigantescas esponjas. Essas funções de ecossistemas, como são chamadas as áreas protegidas, são as funções que hoje vão sendo cada vez mais importantes.

No entanto, o motivo da audiência, se não me engano, é que a Fundação Boticário está nos apertando para saber o que o Ministério fez a partir do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Você está certa, Leide. Não é, Deputado, Presidente desta reunião? O primeiro princípio que eu aprendi no serviço público federal é o seguinte: pressão, funciona.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sem pressão não funciona.

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Não funciona. (*Risos.*)

Então, eu estou aqui assumindo o papel... Até o Presidente do ICMBio me pressionou. Bom, ele é do ICMBio, mas o Ministério é que tem de mostrar o que vai fazer.



Eu vou passar rapidamente a apresentação do sistema atual de UCs, dos desafios e falar do que nós estamos fazendo quanto às moções que saíram do Congresso. E também vou pedir aos senhores que nos ajudem a terminar a estratégia nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade. A gente não pode só ser pressionado. Então eu vou pressionar. *(Risos.)*

Aliás, Presidente, seria ótimo contar com o apoio da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, no sentido de participar, junto com o Ministério e outros órgãos, da elaboração da nova estratégia de conservação e uso sustentável, que não existe ainda. Está aqui, em primeiríssima mão, um resumo executivo, que ainda está sendo discutido no âmbito do Ministério.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Bom, eu vou correr, porque acho que só no meu introito já consumi mais da metade do meu tempo.

Quando eu estava na universidade, quem fazia as minhas apresentações era eu mesmo. Agora não sou mais eu. Quem fez essa apresentação foi a Ana Paula, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas, com a ajuda da Giovanna, que está sentada comportadamente ali no meio da plateia.

Repito o que eu disse hoje, o Brasil realmente não tem do que se envergonhar em termos de sistema de UCs. Modéstia às favas, eu acho que o nosso sistema de UCs, pelo menos nominal e representativamente, não deixa a dever a nenhum outro país do mundo, em termos de extensão. E obviamente isso não quer dizer que seja fácil mantê-lo e que não haja coisas muito complicadas. É um sistema que cobre hoje 16,8% do território continental e 1,5% do território marinho. Território marinho aqui entendido como mar das 200 milhas, a ZEE.

Obviamente, boa parte desse sistema, um sistema que foi designado, mas que, como disse o próprio Presidente do ICMBio, não está operacional.

Faltam só 2 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Não.

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - O.k.

A apresentação eu estou colocando mais como registro, porque os grandes temas eu já discuti. Vou rapidamente cobrir o que é o sistema e partir para as moções do CBUC, ponto para o qual estamos indo.



É importante destacar que, quando falamos do sistema nacional, não nos referimos só ao federal, o estadual é importantíssimo. Muitos Estados têm-se destacado, e continuam se destacando, na criação do sistema de UCs.

Bom, dos atuais problemas o Presidente do ICMBio já falou. Então eu não vou... Basicamente, embora o sistema exista nominalmente, ele não é administrado como um sistema. Não existem graus hierárquicos. Na análise de representatividade, a gente fala em 16% — é muito bacana —, mas a gente sabe que no Cerrado existe menos de 5%, na Caatinga menos ainda. É um sistema numericamente grande, mas não é equitativo nem representativo, tanto em termos de unidade de conservação de uso integral como também nas de uso sustentável.

E muitos dos parques e reservas, como o Deputado Sarney Filho colocou, foram criados por atos do Executivo, mas não houve um seguimento. É a questão daquelas quatro coisas. Uma delas é a regularização fundiária, que é um daqueles termos “malas”, que querem dizer muitas coisas. Na verdade, em muitas regiões do Brasil, a própria situação fundiária do local não é clara. Então, como é que se podem fazer indenizações se o sistema de propriedade e uso da terra não está racionalizado?

Como eu disse a vocês, eu estive quinta-feira na Chapada dos Veadeiros e falei com o Prefeito. A primeira coisa que ele pediu não tinha nada a ver com UCs. Ele disse: *“Temos que resolver a titulação aqui”*. Todo mundo está na terra, mas grande parte do sistema de terras, não é, Deputado, não é titulado. Então, como é que o ICMBio vai indenizar se não sabe quem é o dono? Pode-se fazer muita coisa em termos de posses, etc., mas aí é necessária uma aliança entre a área ambiental e as outras. E isso vem dos movimentos sociais, das áreas agrícolas. É quase uma unanimidade.

Muitos dos problemas vêm daí, do fato de que as unidades foram criadas, mas não foram efetivamente implementadas.

Bom, eu não tenho muito tempo para falar sobre as Metas de Aichi, mas o resumo executivo é que, na Convenção da Biodiversidade, foram aprovadas 20 metas internacionais para redução da biodiversidade. E eu acho que o Brasil está super bem posicionado pelos motivos que falei: pela nossa alta biodiversidade, pela boa relação população-território e pelo fato de que conservação de muitas espécies



não é sair por aí fazendo medidas heroicas, mas entender a biologia das espécies e facilitar a recuperação populacional.

O pessoal fala muito: “O Brasil se obrigou internacionalmente”. Mas a Convenção da Biodiversidade estabelece metas voluntárias. As obrigações que o Brasil assina são obrigações voluntárias que ele colocou espontaneamente. Se a gente mudar de ideia amanhã, será chato, mas não impossível. Então, não vamos dizer que o pessoal está nos obrigando a cumprir as Metas de Aichi. Não! Essas são metas que nos interessam. Entre essas metas está a cobertura de áreas protegidas. Na área terrestre nós já praticamente atingimos as metas em 17%, mas não as atingimos do ponto de vista da representatividade. Quanto às áreas marinhas e costeiras estamos com pouco mais de 1,5%. E quem quer mais proteção marinha? Por incrível que pareça é o Ministério da Pesca, porque a maioria das espécies de pesca brasileira está em colapso.

Recebi outro dia uma demanda dos pescadores de lagosta, pedindo a definição das áreas de proteção, por quê? Porque o negócio lá corre solto. Está cheio de gente pescando onde não deveria. Então, eles querem a presença do Governo para estabelecimento de áreas de proteção.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - O caso do Amapá, por exemplo, eu estive com o Governador do Amapá, e ocorre a mesma coisa. Grande parte da pesca no litoral do Amapá é pesca ilegal realizada por barcos que não são brasileiros. Todos sabem disso.

Então, há grande interesse nos setores produtivos em organizar essa questão das áreas protegidas.

Bom. Isso mostra que, por exemplo, no nosso mar territorial das 12 milhas a gente já está bem acima das Metas de Aichi, mas se pegarmos o mar das 200 milhas, veremos que é 1,5%. E não dá para o MMA fazer isso sozinho. Então, estamos levando essa agenda marinha para a Comissão Interministerial para os Recursos Mar — CIRM, porque é lá que temos que resolver. Amanhã, vou mais uma vez almoçar com o Secretário-Geral da CIRM e pedir para colocar em pauta da próxima reunião daquela comissão essa questão. Vou pedir também ao Ministério de Minas e Energia chegar com a proposta dos blocos.



**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Secretário Roberto, Presidente Penna, peço-lhes permissão, porque já vou me retirar, para duas pequenas observações, ou melhor, duas pequenas informações.

Nós fizemos uma emenda na Comissão de Orçamento de 240 milhões de reais para a regularização fundiária. Hoje, o Relator Setorial, Senador Wellington Dias, que foi Governador do Piauí, Estado que tem quatro Unidades de Conservação, dentre elas, a Serra da Capivara —, inclusive, a Niède Guidon foi homenageada aqui, na Câmara, pelo trabalho realizado lá —, baixou de 240 milhões de reais para 6 milhões 500 mil reais.

Nós vamos ter uma reunião às 18h30min com o Relator setorial e, evidentemente, eu vou me referir a isso. Mas, de certa forma, é importante, como se trata de um ex-Governador do PT e atual Senador do PT, ligado à base do Governo, se agisse também no sentido de conseguir ampliar um pouco pelo menos esses recursos orçamentários.

Secretário Roberto, eu vou me retirar, mas vai ficar aqui... Eu não pude falar também sobre as Unidades de Conservação marinhas, que é uma grande preocupação hoje. E minha pergunta é muito simples. Não vou poder ficar, mas vou acessar o vídeo depois para conseguir ter essa resposta.

Não é mais fácil criar Unidades de Conservação marinhas, sejam elas costeiras, sejam oceânicas, porque não há o problema de ter de desapropriar. Então, por que não aproveitar esse litoral, que não é muito rico, não é muito piscoso? Algo contraditório também é que o Ministério da Pesca quer mais Unidades de Conservação marinha e, ao mesmo tempo, está financiando barcos de pesca industrial, e tudo o mais. Quer dizer, não dá... Minha pergunta é esta: Não é mais fácil? Por que a gente não foca nessa questão mais fácil?

Eu tenho de sair neste minuto, mas, no final, quando estiver no momento de perguntas e respostas, gostaria que essa pergunta fosse respondida.

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - O senhor está certíssimo, Deputado. É isso mesmo. As áreas marinhas são de alcance da União. A União tem ampla autonomia para criar Unidades de Conservação marinha. E o apoio do Legislativo é absolutamente central nesse assunto. Esperamos que neste ano que ora se inicia consigamos este tipo de avanço.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Eu queira apenas dizer que, desde o início, caro Roberto, esperei que você falasse algo, mas essa palavra ultimamente no Brasil está muito difícil de as pessoas pronunciarem devido à contínua desmoralização dessa atividade. Mas esperei que você dissesse: “*Agora é o momento de a gente fazer política*”. Esperei isso mas não veio. (*Riso.*)

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Eu ainda não terminei a apresentação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Ah! Está bom! (*Riso.*)

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Mas posso dizer que já ganhei a tarde com o apoio do Deputado Sarney Filho e seu também. Acho que uma das agendas importantíssimas é essa questão das UCs marinhas, porque aí o Governo Federal pode atuar. E se Governo Federal não puder se posicionar não há substituto natural.

O senhor quer que eu fale?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Bom, aqui eu estou meio intruso, porque o domínio da política é seu e da Comissão, mas posso falar sobre as políticas. Então, vou já vou pegar o extra e continuar aí.

Realmente, o papel da Secretaria em relação a ICMBio é o seguinte. O ICMBio é o coração do sistema de UCs, é quem executa realmente todas as atividades. A Secretaria comparativamente a outras, temos um décimo da equipe numericamente do ICMBio, mas uma equipe superpreparada. Mas o papel da Secretaria é o de fazer assessoria política à Ministra, ao Secretário Executivo e aos demais Poderes da República.

Quanto a essas questões que estamos colocando aí, realmente, é fundamental haver uma compreensão do papel estratégico do sistema de UCs, que não é um depósito de espécies e de paisagens, mas é uma rede de organização do território que visa apoiar a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável. Se não existissem UCs o nosso trabalho seria 10 mil vezes mais difícil. Então, realmente, a aliança entre o sistema de unidade de conservação e as estratégias de desenvolvimento é indissolúvel. Quando a gente diz desenvolvimento não é



necessariamente desenvolvimento quantitativo, mas desenvolvimento no sentido de melhora dos índices dos IDHs e dos índices de qualidade da população.

Quanto à área de políticas, já que o senhor me provocou, eu queria o seu apoio e da Comissão para a gente levar adiante a questão da estratégica nacional da conservação e do uso sustentável, que refere a uma mudança de patamar de uma estratégia mais voltada para a agenda ambiental propriamente para uma agenda em que a conservação é um instrumento de apoio as outras agendas nacionais.

As áreas prioritárias é assunto bastante técnico. Várias pessoas que estão aqui participaram da discussão, inclusive o Sr. Reinaldo do MCTI, que foi coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. É basicamente para se fazer uma avaliação do valor biológico. Onde estão as áreas importantes no Brasil? Esse mapeamento a gente já tem. Todas as áreas são importantes para alguma coisa, mas a gente tem que pegar quais as áreas que têm maior concentração de espécies, áreas insubstituíveis. Isso a gente tem hoje. Esse é um dos motores do desenho do sistema de UCs.

Aqui está o sistema de UCs atual. Obviamente há grande concentração na Amazônia, pelos motivos que nós já discutimos. Cerrado pouco representado, mas altamente importante. Com a Mata Atlântica ocorre a mesma coisa, e os Pampas muitos sub-representados. O Pantanal também tem baixo grau de representatividade. Então, a gente pode dizer: área marinha baixíssima.

Então, serviço não falta. Agora, a estratégia de criação de UCs na Amazônia não pode e não deve ser aplicada para o resto do País. Para criar UCs no Cerrado, nós vamos ter que fazer uma conversa com o setor do agronegócio, é óbvio. E nós temos que aliar essa expansão do sistema de UCs à prestação de serviços ambientais.

A questão da recuperação da Mata Atlântica é uma unanimidade. Todos os estudos mundiais mostram que com menos de 15% de cobertura você está mal. Não só mal em termos de biodiversidade, mas também em termos de serviços: proteção contra erosão, abastecimento, o tal do apagão florestal.

Na região da Mata Atlântica todo mundo que mexe com madeira diz: “*Olha, vai ter um apagão.*” Ou seja, você não consegue madeira suficiente para atender ao



mercado. Então, isso aí está sendo, digamos, radiografado diariamente. Você olha de onde está vindo a madeira. Bom, você está trazendo lá da Amazônia. Isso não é sustentável. Não na escala que está sendo feita. Ou seja, os incentivos, Presidente, para se ampliar o sistema de unidade conservação, incluindo UCs de uso sustentável em todos os biomas brasileiros, é fortíssimo.

Aqui no Cerrado eu já falei para o pessoal. Quase 80% da agricultura são baseados na água da chuva. Os países desenvolvidos têm outro *mix*. Você pega um avião que vai de Washington para Los Angeles, sobrevoa os Estados Unidos e olha o que é a agricultura lá, a percentagem da agricultura irrigada. Então, o pessoal aqui fica meio...

Esses são cenários que não são para daqui a 10 anos, mas para daqui a 2, 3 anos. Você está vendo a expansão dos pivôs, da irrigação no Cerrado. De onde é que vai vir essa água? Comece a fazer as contas. Nós não temos balanço hídrico nem para o DF. Assim, quanto de água fica armazenada no solo. Se parasse de chover, quantos anos levaria...E nós temos as pessoas que sabem fazer isso, com um mínimo de esforço em 6 meses 1 ano. Por isso que a gente não consegue botar um sistema de unidade e conservação em pé. O Brasil não tem um sistema de contas ambientais nacional. Aí é de esperar demais que você consiga fazer... Mas isso não é desculpa. Eu acho que a gente tem que fazer avançar as coisas mais ou menos harmonicamente.

E aqui é o diagnóstico que eu estou apresentando para vocês do sistema de UCs.

Aqui está uma tirada de chapéu para o WWF, presente à Mesa. Está também o ICMBio e o método RAPPAM, para mostrar que essas organizações estão fazendo uma avaliação contínua da efetividade da gestão das UCs. Esse é um estudo para a Amazônia, se não me engano.

Então, mostrando uma evolução discreta, mas significativa na efetividade da gestão nos últimos 5 anos, mais importante do que a evolução é como medir. Não é só notícia de jornal dizer que está bom ou está ruim, onde está e quais os aspectos que estão precisando.



Realmente eu não posso abusar do tempo. Então, eu vou passar a mil por hora essa apresentação e já ir direto... Bolsa Verde vai ficar para outra audiência pública. *(Risos.)*

Conectividade.

Com relação aos conflitos, quero dizer que nós estamos trabalhando em quatro linhas para a resolução deles, que é um plano territorial, um mapeamento de conflitos e propostas, a melhoria nos instrumentos de gestão e a regulamentação de categorias de manejo e artigos para pagamentos de serviços ambientais. E há outros aí também, mas, basicamente, existe um cardápio... Agora, sem o terceiro setor, sem as ONGs, sem a sociedade civil e os Estados, isso não vai avançar nenhum milímetro. Já posso adiantar. Mas, pelo menos, o planejamento e a base conceitual estão colocados. E eu queria dizer que o mais importante é que os próprios órgãos do Governo Federal entendem a situação. Nós não estamos aqui para pegar e pintar retratos irreais.

Os desafios que já foram colocados pelo Presidente do ICMBio e pelas intervenções do Deputado Sarney Filho e outros.

Então, isso daqui é só, Leide, para dizer que nós estamos levando a sério todas as moções que foram apresentadas no CBUC e que, para cada uma das moções, a gente tem um conjunto de soluções em andamento, sobre as quais nós estamos disponíveis para discutir.

O tempo não me permite falar de tudo, mas é só para dar uma resposta específica.

Agradeço muito, e desculpem-me se eu exagerei no tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Não, não. A indisciplina do Sarney Filho é que propiciou... *(Risos.)*

É que há um problema: quando começa a Ordem do Dia, nós temos que parar os trabalhos nas Comissões.

Quero registrar a presença do Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo.

Então, vamos, imediatamente, ouvir a Sra. Leide Takahashi.

**A SRA. LEIDE TAKAHASHI** - Boa tarde a todos.



Antes de mais nada, quero agradecer e dizer que me sinto bastante lisonjeada, que é um grande prazer para a instituição trazer alguns resultados de um evento que a gente vem realizando há exatamente 15 anos. Como o próprio Dr. Roberto citou, a fundação, este ano, fez 22 anos. Portanto, são mais de duas décadas atuando em conservação de uma maneira bem focada, bem forte e realizando essa iniciativa há 15 anos.

O primeiro evento foi realizado em 1997. Esses resultados que eu trago é um pouquinho do que foi realizado este ano, de 23 a 27 de setembro, na cidade de Natal.

O tema em todos os CBUCs, como a gente abrevia em todos os congressos, foi sempre bastante forte acerca da conservação, do manejo, de políticas públicas, do que ainda falta fazer para complementar todo esforço público que é feito para a conservação da natureza no Brasil. Então, nós trazemos experiências de fora do País, mas também trazemos experiências internas para discutir e encontrar caminhos, possibilidades de adaptar boas metodologias para a situação atual do Brasil.

Este ano o foco foi a questão das áreas marinhas protegidas, também identificando já há alguns anos o grande *gap*, a lacuna de conhecimento que existe e que merece ser apoiada tanto do ponto de vista científico, quanto de políticas públicas que possam fortalecer toda a proteção desse ecossistema tão ameaçado.

Tivemos, nesse evento, 1.051 participantes de praticamente todas as regiões do Brasil. Contamos com poucos participantes estrangeiros, na sua maioria palestrantes convidados, mas sempre vêm alguns da América Latina e, eventualmente, alguns da Europa e dos Estados Unidos. Foram realizadas mais de 50 conferências e palestras; foram lançados sete livros durante os quatro dias do evento; foram realizadas 17 reuniões técnicas. Essas reuniões não são todas organizadas. A Fundação praticamente, como realizadora, administra espaços e tempo. Então, a temática, o tema da discussão é proposto pelo participante, pelo congressista. Foram submetidos duzentos e cinquenta e poucos trabalhos e selecionados 119 artigos, trabalhos de experiências de várias regiões do Brasil também. E, para essa seleção, a gente conta com consultores voluntários do Brasil todo. Gestores, professores e pesquisadores de todo o Brasil fazem esse trabalho



voluntário há 15 anos conosco. Da mesma forma que eles avaliam projetos para a gente financiar, eles atuam nos congressos avaliando se recomendam ou não o artigo para ser publicado no congresso. E tivemos 16 moções aprovadas pela plenária, sendo que 14 delas foram aprovadas por unanimidade.

O Dr. Roberto mostrou boa parte das moções. As moções estão disponíveis no *site* da nossa Fundação. Quem tiver interesse, já foram todas encaminhadas conforme a sugestão quando votadas na plenária.

Não estou fazendo cobrança nenhuma, como o Dr. Roberto mencionou aqui, o congresso aconteceu há mais ou menos dois meses. É lógico que a gente vai acompanhar o que o Ministério está fazendo, todo mundo que foi na verdade demandado, assim como a sociedade. Há várias recomendações no sentido de mobilizar a sociedade, o que nós como instituições da sociedade civil também podemos fazer para garantir uma divulgação maior da importância da conservação.

Os temas principais abordados no congresso em relação aos painéis que foram realizados dizem respeito sempre ao tripé. Aquele mito de que não há conservação, que a conservação emperra o desenvolvimento econômico é uma discussão que a gente fez questão de trazer, começando a discussão do Congresso com isso. Há, sim, condições. Precisa haver toda uma preocupação tanto ambiental, quanto social e econômica para o desenvolvimento de qualquer região e de um país.

Nesse contexto é que a gente começou a discussão trazendo experiências de diferentes lugares para mostrar de que forma eles foram resolvendo esses conflitos.

De novo, as mudanças climáticas, que, no último congresso em Curitiba, foi a grande temática. Permeou por todas as discussões a importância de avaliar, de monitorar as alterações ocorridas na biodiversidade em função das mudanças climáticas.

Os modelos e mecanismos de gestão de áreas protegidas. O que o Brasil está fazendo? O Peru tem um modelo diferente e funciona melhor, é adaptável. O que a gente pode copiar, no bom sentido, do que está funcionando em outros países ou regiões.

As estratégias de consolidação dos sistemas de áreas protegidas. A gente se identifica bastante com isso, embora use como exemplo a metodologia norte-americana. A gente tem também alguns países na América Latina com um



bom sistema em funcionamento sendo bastante efetivo do ponto de vista de conservação.

Com relação às conferências, a gente discutiu bastante os benefícios econômicos das áreas protegidas marinhas, ou seja, a atuação delas como berçário, o que elas significam e qual é o real valor delas do ponto de vista econômico e também de conservação.

Houve sempre uma preocupação nas discussões no sentido de trazer a valoração. A gente não conserva as áreas ou não conserva os recursos naturais simplesmente porque o passarinho é bonito ou porque gosta de tal vegetação. Tudo isso, na realidade, como já foi dito por vários que me antecederam, tem que ser quantificado e qualificado. Ou seja, a gente faz isso, porque disso depende a nossa vida, depende a vida do planeta. Não é uma coisa utópica nem uma fantasia, não. Há necessidade mesmo de valorar o bem. Os serviços ambientais, a água fornecida pelas diferentes regiões, isso tudo tem que ser levado à sociedade. O que ainda está faltando é que a necessidade de conservação fica muito no âmbito acadêmico, no âmbito não popular. A gente não consegue falar bem com a sociedade mais simples. Fala com o advogado ou fala com alguém da Odontologia, algum médico, e ele tem dificuldade de entender o que é. Talvez, a gente não esteja falando numa linguagem muito acessível para eles.

O contexto mundial e as metas de conservação o Dr. Roberto mencionou. A gente está avançando bastante. O que ainda precisa ser feito para que a gente atinja as Metas de Aichi?

Fora o congresso, na realidade, temos também simpósios. Ora são cinco temas, ora são quatro, como no caso deste ano aqui. A discussão neste âmbito aqui é muito mais com ferramental. Quando a gente fala em plenário e em congresso estamos falando em conceitos, filosofias, pontos de vista, é uma coisa mais genérica. Aqui é: como aplicar? Que experiência eu tive? Posso repassar isso e replicar para alguém? E em que instância eu posso fazer isso? Aqui, a plenária se divide, e a pessoa escolhe o tema que ela quer participar e ver melhor.

Esqueci-me de uma coisa superimportante: para fazer essa programação, desde o início, dois anos atrás, a gente trabalhou com a equipe do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio. Não é um programa feito unicamente pela Fundação



Grupo Boticário, pelos técnicos dela. A gente conta com sugestões do nosso *staff* de 150 consultores de todo o Brasil. Em pedidos e entrevistas eles sinalizam quais são as principais temáticas que mereceriam ser discutidas no congresso. Esse, em particular, ainda na época do Dr. Bráulio — foi um pedido dele —, a gente quer construir desde o início. Então, dois anos antes de o congresso ser realizado, a gente vem mantendo reuniões periódicas com o pessoal, validando toda a programação. Não é a gente com uma visão de fora, e, sim, os gestores das unidades, aqueles que cuidam das áreas. A própria equipe do Ministério participou de todo o processo de definição do conteúdo do programa do congresso, desde as plenárias até o simpósio.

O nosso foco, nesses temas, foi: áreas protegidas, a gestão para resultados. Como foi dito aqui, nós temos duas reservas privadas e percebemos o quão difícil é administrar e cuidar dessas áreas, devido à distância física delas, ao deslocamento, à rotatividade das pessoas que às vezes são pesquisadores, mas que não conseguem viver tão isolados do mundo urbano que sentem necessidades, ficam um ano e meio e, daí, eles saem. Tudo isso a gente conhece de causa mesmo, motivo pelo qual a gente não tem tanta reserva assim, pois não é uma coisa simples.

Essa é a nossa segunda reserva, criada em 2007, reconhecida como RPPN aqui no Cerrado. A gente tem uma equipe de seis, sete pessoas agora. Na outra, na Mata Atlântica, são dez pessoas. Portanto, manter quase 16 pessoas afastadas da gente é bastante complicado.

O nosso foco é um grande desafio, e é para todo mundo: como é que vou mostrar os resultados dessa conservação? Atraindo o público para educação ambiental, como atrativo recreativo? Protegendo a área? Fazendo pesquisa? Oferecendo os resultados da pesquisa para ser replicado, para ser utilizado para políticas públicas? Essa é a finalidade das nossas áreas de conservação também.

Novamente a questão da proteção da biodiversidade marinha, que foi tema de um simpósio.

Foram discutidos com técnicos que tinham esse interesse, ao longo de três dias, todos estes temas: negócios e áreas protegidas, uma visão para destacar a importância econômica dessas áreas, não é só a conservação em si, mas a conservação para todos, para a sociedade; o planejamento na escala de paisagem e



Unidades de Conservação, ou seja, os mosaicos, os corredores, como é o planejamento dessas áreas, a própria conservação — como foi mencionado aqui pelo Dr. Roberto — das águas, a utilização desenfreada sem ordenamento territorial, o que isso pode levar em relação aos recursos naturais e como a escassez pode ser controlada.

Aqui está um pouquinho, não vou entrar no mérito, porque os três dias de cada um desses simpósios tiveram como foco o manejo adaptativo e a aplicação no mundo. A gente já tem uma experiência boa nas nossas duas reservas, é uma metodologia que identifica alvos de conservação e que vai cuidando.

A avaliação da efetividade de Unidades de Conservação.

O sistema de informação para gestão.

Há uma preocupação muito grande nossa, e a gente constatou a mesma preocupação no ICMBio com gestores, principalmente, no que diz respeito ao gerenciamento. Em sua maioria, os gestores são técnicos da área ambiental. Eles entendem muito pouco da parte administrativa, da parte política até. É um desafio para eles o relacionamento: como vou convencer o Prefeito da minha cidade de que a minha unidade é importante e ele precisa me ajudar a solucionar determinados conflitos? Essa é uma demanda que a gente percebe nas nossas reservas.

Foi feita uma pesquisa no ICMBio, alguns anos atrás, a cujos resultados eu tive acesso. Chamou-me bastante a atenção como isso era similar nos outros Estados também. O técnico da área ambiental não é um ator fácil de articulação, ele tem dificuldade até para ver alguma coisa de planilha de orçamento, fazer compra. Há algumas necessidades de treinamento.

Biodiversidade marinha.

A evidência da perda de biodiversidade marinha foi discutida em vários panoramas, recifes de corais; tratados internacionais que regulam as áreas marinhas e o papel das Unidades de Conservação marinhas na efetiva proteção da biodiversidade.

Nos últimos dois anos, percebemos que várias instituições têm se posicionado a respeito da relevância do tema e criado os programas de longa duração, até para trabalhar melhor a questão da conservação do bioma marinho.

Em relação a negócios e áreas protegidas, foi citada aqui a necessidade de



trazer à sociedade a valoração disso, trazer a conservação como um grande negócio merecedor dessa importância e um motivo para mobilizar a sociedade.

O planejamento na escala de paisagens e Unidades de Conservação, como foi mencionado; o planejamento territorial; novos modelos de planejamento das unidades, então, a falta, na realidade, de conectividade, o que amplia a possibilidade de conservação, isso tudo deveria ser mais bem considerado.

Listo aqui algumas principais recomendações dos congressistas do CBUC em função das conclusões dos simpósios: a biodiversidade e o desenvolvimento econômico. Eles fizeram grupos, na realidade, de recomendações. Aqui muitas delas já citadas pelo próprio Roberto Vizentin e pelo Roberto Cavalcanti. Então, não vou ficar discutindo muito, mostrando. Todo esse material está disponível em nosso *site*. Para todos os congressistas foi entregue um CD com as palestras, com o material impresso; a efetividade de gestão.

Aqui vocês percebem que são coisas bem específicas do grupo que trabalhou sobre esse tema. Então, não é tão geral, está num patamar mais estratégico. É mais uma forte necessidade operacional aqui de quem está lidando, na realidade, com a gestão das Unidades de Conservação. Planejando a conservação, os métodos que visem à adaptação às mudanças são importantes; as avaliações sociais e políticas são essenciais para a implementação dos planos e o treinamento de pessoal será cada vez mais importante para conseguir os resultados.

A gente percebe também que nos últimos anos tem havido um grande foco em treinamento, mas a gente ainda precisa fortalecer isso ou tornar isso um hábito, até porque os concursos dos Estados ou do próprio ICMBio acontecem. Dependendo de como eles são abertos, há técnicos que entram na instituição com um conhecimento ainda bastante desuniforme. Então, esse tipo de alinhamento precisa ser feito na instituição.

Aqui, temos algumas das moções. O Roberto já havia apresentado antes. São instituições que levam, na realidade, a uma demanda. E para não dizer que é uma instituição, o Congresso pede a nós, da organização, que aquilo tenha sido validado por pelo menos 50 pessoas. Ou seja, não é a visão de uma pessoa que está em discussão e é aprovado ou não, mas representa pelo menos 50 pessoas que concordam com aquilo, levam isso à discussão na plenária e votam pela aprovação



ou não aprovação como moção. Depois que é feita essa votação, nós enviamos a todos os setores ligados à questão essa demanda, no caso, e pedimos providências ou pelo menos a ciência daquilo.

Tem um vídeo aqui, para encerrar, de apresentação do CBUC bem rapidinho. Eu já estourei o tempo.

Agradeço a vocês a atenção e fico à disposição.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Tem a palavra a Sra. Leandra Gonçalves.

**A SRA. LEANDRA GONÇALVES** - Boa tarde a todos.

Tenho a permissão do Sr. Mário Mantovani para falar desta tribuna.

Um dos temas que eu trouxe para falar é a moção que foi mostrada pelo Secretário Roberto Cavalcanti sobre a importância da criação de Unidades de Conservação Marinha. Foi muito bem colocado previamente pelo Deputado Sarney Filho o porquê não seria mais fácil a criação e a realização dessas Unidades de Conservação no território marinho.

Agradeço a Leide e a toda a equipe da Fundação Grupo Boticário o convite, assim como a todos os participantes presentes e aos membros da Mesa.

Eu tinha uma apresentação preparada, mas muito da apresentação foi colocada nas falas anteriores, que se referiam às lacunas, às dificuldades, aos conflitos e aos desafios para a criação e a implementação das Unidades de Conservação no Brasil.

Acho que, nesse sentido, o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação se faz um dos fóruns mais importantes para debater o tema Unidades de Conservação.

Outro ponto levantado que para mim é bastante importante é o fato de a conservação marinha ter, nos últimos 5 anos, recebido um merecido destaque. Tivemos o tema Oceano como um dos principais temas da conferência da Rio+20. Por mais que o CBUC trate de Unidades de Conservação em geral, o tema principal foi Conservação Marinha, um Oceano de Riquezas. E temos, daqui para frente, um enorme desafio, que é descobrir de que forma a gente pode garantir a celeridade no



processo de criação dessas Unidades de Conservação, mas, mais do que isso, a implementação.

Longe do que a maioria das pessoas acreditam, as florestas, sim, têm uma importância única para a preservação de biodiversidade, mas os oceanos também, porque contribuem com cerca de 25% de toda a emissão de CO<sub>2</sub> que temos hoje no planeta. Então, eles têm uma importância bastante grande no equilíbrio da temperatura do planeta. A mudança climática é um dos fatores hoje de maior impacto na nossa biodiversidade.

Mais do que isso, eles também são detentores da maior parte da biodiversidade. O Secretário Roberto Cavalcanti colocou um pouco antes, na sua apresentação, que o Brasil é premiado por um ter dos maiores recifes de corais de todo o Atlântico Sul, que é localizado na região do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que muitos conhecem muito bem.

O trabalho que a SOS Mata Atlântica fez a convite da Fundação Grupo Boticário, além da apresentação do Simpósio de Conservação Marinha, é a apresentação de uma moção que é fruto de um manifesto assinado por mais de 32 organizações não governamentais, é um manifesto e uma moção pedindo o aumento da criação de Unidades de Conservação marinha.

Temos a meta não obrigatória, mas um compromisso do Governo brasileiro, que entendo um dos compromissos prioritários, que é o aumento da criação. Somos signatários do tratado da Convenção da Biodiversidade, Protocolo de Nagoya, que tem como objetivo aumentar em até 10% a criação dessas Unidades de Conservação marinha, sendo que hoje, também já mostrado, 1,5%, isso considerando as federais e as estaduais.

Por mais que o tema conservação marinha tenha merecido esse destaque no âmbito das políticas públicas, há mais de 5 anos não temos uma unidade de conservação em âmbito federal, tirando um pouco o papel do Estado de São Paulo, que foi excelente na criação das APAs Marinhas, em 2008. Há mais de 5 anos não temos a criação de nenhuma unidade de conservação marinha no litoral brasileiro, um dos litorais mais ricos em biodiversidade.

Então, muitas organizações não governamentais que estavam presentes no CBUC, mas que já vinham se organizando antes mesmo do Congresso Brasileiro de



Unidades de Conservação, conseguiram aprovar, por unanimidade, uma moção, pedindo que o Governo brasileiro dê prioridade à criação dessas Unidades de Conservação.

Atendendo um pouco à pergunta que o Deputado Sarney Filho fez no início, quando ainda estava presente, sobre o porquê que não seria mais fácil criar essas Unidades de Conservação no mar, onde não temos a população e não enfrentamos o problema da regularização fundiária, realmente, no mar não enfrentamos o problema da regularização fundiária, mas enfrentamos problemas muito maiores, que são setores econômicos de muito peso. Temos a exploração de petróleo e gás.

Todos puderam acompanhar o debate acalorado que houve semanas atrás para a divisão dos *royalties*. Ele não é diferente e não tem menos peso quando falamos de desenvolvimento e crescimento econômico *versus* preservação, quando queremos criar uma área marinha protegida.

A maior área de recifes de corais do Atlântico Sul, para nós, ambientalistas, uma área de alto valor biológico, de alto valor ecológico e que também presta enormes serviços ambientais a todo o planeta, é hoje alvo desse maior conflito, é a maior prova que temos da dificuldade de se criar Unidades de Conservação no mar, uma área que hoje é impactada pelos dois principais vetores do aquecimento global, a exploração de petróleo de um lado e a própria emissão que essa exploração de petróleo vai causar.

Então, às vésperas da Rio+20, o próprio Governo teve a atitude de criar, muito bem elogiada pelos ambientalistas, de tentar ampliar essas Unidades de Conservação na região dos Abrolhos, mas que foi uma atitude que não conseguiu ir para frente por força de muitos setores econômicos.

Então, acredito que o maior desafio que temos hoje é mostrar o valor que essas áreas marinhas protegidas têm, não só para a proteção da biodiversidade, mas por todo o seu valor intrínseco, pela sua importância econômica, pelos seus serviços ecossistêmicos, porque a maioria desses parques hoje — e isso é um pouco do que a SOS vem trabalhando — pode ser, sim, visitada, pode render economicamente através de outros serviços, que não a exploração direta dos seus recursos naturais.



Então, temos uma dificuldade muito grande em criar essas Unidades de Conservação marinha, que precisam se sobrepor à barreira desse dilema, crescimento econômico *versus* preservação ambiental. Acredito que enquanto isso não acontecer, vamos ter muita dificuldade de tirar do papel uma série de Unidades de Conservação.

A moção que apresentamos no CBUC tem uma lista de 27 Unidades de Conservação marinha, a maioria delas praticamente prontas no ICMBio ou faltando alguns ajustes para ir à Casa Civil. Algumas já até foram à Casa Civil e voltaram, mas, de fato, os entraves, os embates econômicos são muito grandes.

Tenho certeza de que tanto o Presidente do ICMBio quanto o Secretário concordam comigo de que o Ministério do Meio Ambiente tem imensa vontade de alavancar esse processo de criação de Unidades de Conservação. Os técnicos do próprio ICMBio trabalham arduamente para fazer as consultas técnicas, as audiências públicas. Eu pude presenciar isso pessoalmente na criação, na ampliação dessas Unidades de Conservação de Abrolhos, mas infelizmente temos setores econômicos que vão contra.

Então, enquanto a sociedade civil não construir junto com o Governo uma força para transpor essas barreiras, vai ficar absurdamente difícil que consigamos tirar essas unidades marinhas do papel.

Para além dessa questão de criar, também concordo absurdamente com o Secretário Roberto quando ele diz que a natureza, a própria biologia, se reproduz e, portanto, recupera-se sozinha, mas acreditamos que para isso depende de nós, principalmente dos tomadores de decisão, criar esse espaço e tempo para a natureza se recuperar. E acho que é isso que precisamos fazer no ar.

Eu estava, semana passada, conversando com o Mário Mantovani e comparávamos um pouco a situação que temos hoje, 2012, no marco, com a situação que tivemos na década de 60 e 70 na Mata Atlântica e na Amazônia, quando as mineradoras invadiram essas áreas e começaram a ocupá-las e a minerar os recursos naturais.

E apontávamos que a diferença que temos hoje não é mais a mesma situação que tínhamos na década de 60 e 70. Nessas décadas ninguém falava de meio ambiente, ninguém falava de serviço ambiental prestado pelo meio ambiente e



ninguém falava de preservação da biodiversidade. Ali, de fato, foi uma época onde até mesmo o Governo brasileiro dizia: “venham empresas poluidoras, porque para nós a sua poluição vale dinheiro”. Hoje, vivemos outro momento completamente diferente.

Então, não podemos permitir que mineradoras, sejam elas da exploração de petróleo e gás, sejam elas de fertilizante, sejam elas a própria indústria pesqueira de barcos, principalmente estrangeiros que vêm pescar nas águas nacionais, que elas entrem no recurso da União, no recurso público, e minerem os recursos do mar sem considerar o peso ambiental, que hoje é muito caro para nós.

O primeiro ponto que gostaria de deixar marcado é essa necessidade de alavancarmos as propostas de criação de Unidades de Conservação.

Quero também ressaltar mais dois pontos. Não adianta termos uma visão pessimista. “Puxa, há mais de 5 anos não se cria uma unidade de conservação marinha, e ficamos com os braços cruzados.” Então, gostaria de aproveitar o momento e convidar todos os presentes e também contar um pouco do trabalho que estamos fazendo junto ao ICMBio.

A Fundação SOS Mata Atlântica tem um termo de parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para a consolidação e implementação das Unidades de Conservação marinha já existentes. Esse era o tema da minha apresentação hoje. São parcerias público-privadas para a conservação da biodiversidade.

Então, hoje existem quatro Unidades de Conservação, mas acredito que em 2013 venhamos a ter novas Unidades, que são adotadas pela Fundação SOS Mata Atlântica e que contam com o apoio financeiro de algumas empresas, como, por exemplo, o BRADESCO, a Fundação Toyota ou até mesmo algumas pessoas físicas.

E esses fundos são chamados de Fundos de Perpetuidade. Então, eles são iniciados com uma doação. A SOS administra esse fundo e conseguimos garantir a consolidação e a implementação dessas Unidades de Conservação por um longo tempo.

Então, hoje temos o Monumento Natural das Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro; a reserva biológica do Atol das Rocas; a Estação Ecológica da Guanabara,



também no Rio de Janeiro; a APA, Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais. Temos essas quatro Unidades de Conservação, algumas já com plano de manejo, outras com plano de manejo em vésperas de ser aprovado. Estamos na superexpectativa da aprovação do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, porque todo esse recurso só faz sentido depois que a unidade de conservação tem o seu plano de manejo.

Ao mesmo tempo em que exigimos a criação de Unidades de Conservação, queremos também trabalhar na consolidação dessas áreas, para que, de fato, elas sejam efetivas para a conservação da biodiversidade. E todo o recurso desse fundo de perpetuidade só faz sentido a partir do momento que essas unidades têm o plano de manejo.

Então, durante o CBUC, o ICMBio fez uma belíssima apresentação mostrando que eles estavam readequando toda a forma de como é feito o plano de manejo, para que ele seja um instrumento de gestão, de fato, mais efetivo e atenda às necessidades de cada unidade de conservação.

Então, hoje temos a Estação Ecológica da Guanabara, o Monumento Natural das Ilhas Cagarras, a APA Costa dos Corais em vias de ter os seus planos de manejo. O Atol das Rocas já tem. Então, para nós é muito mais efetivo, porque seguimos as regras que estão no plano para apoiar ações de implementação. Mas as próximas, a APA Costa dos Corais, o Monumento Natural das Ilhas Cagarras, aguardamos que esse plano de manejo seja aprovado para que possamos, de fato, contribuir na implementação dessas Unidades de Conservação.

Então, acho que é o melhor exemplo que temos dentro da nossa instituição de como funciona essas parcerias público-privadas para a conservação. E tem funcionado muito bem.

No Atol das Rocas, que é uma reserva biológica, ou seja, uma área onde não é permitido o turismo, apenas a pesquisa científica, a visitação de poucas pessoas que realizam pesquisa científica, nós conseguimos contribuir com o aumento dessas pesquisas científicas fornecendo à reserva biológica uma nova estação de pesquisa.

Para quem não conhece, o Atol das Rocas fica a muitas milhas longe da costa e é de difícil acesso e, para isso, precisava ter uma estrutura para receber os pesquisadores. Hoje a unidade do Atol das Rocas funciona a base de energia solar,



o que, inclusive, diminui os custos mensais da unidade e lhe permite ter energia gerada de forma mais sustentável.

Então, esses são exemplos de ações de implementação feitas com base em parcerias público-privadas, que têm dado certo. Nós estamos aguardando o plano de manejo da APA Costa dos Corais, para que a Fundação Toyota do Brasil, junto com a Fundação SOS Mata Atlântica, possa dar início ao apoio ao ICMBio para essas ações de implementação de áreas protegidas marinhas.

Outro ponto que eu gostaria de mencionar é que a Fundação SOS Mata Atlântica, junto com a Frente Parlamentar Ambientalista — e, aí, menciono os Deputados Arnaldo Jordy, Márcio Macêdo e Sarney Filho, que coordenam esse trabalho junto conosco na Frente Parlamentar Ambientalista —, trabalha em prol de uma lei nacional para o mar, que, sem dúvida nenhuma, haveria de considerar também a criação dessas Unidades de Conservação marinha.

Muitos países, como, por exemplo, a Austrália e outros do Pacífico, já têm criado grandes áreas protegidas, e o Brasil, sem dúvida nenhuma, pode vir a contribuir, somando-se a áreas não só nacionais como também internacionais.

Então, nós vimos trabalhando essa pauta junto à Frente Parlamentar Ambientalista num grupo de trabalho de conservação marinha. Nós tínhamos até um café da manhã marcado para a data de amanhã, mas ele foi remarcado para o ano que vem. É um fórum onde nós queremos juntar a academia, organizações da sociedade civil e Governo, tanto Legislativo quanto Executivo, para melhor trabalharmos essas pautas, afinal, nós tivemos aqui no Brasil a Conferência Rio+20, onde os oceanos foram o tema principal. E o Governo tem, nesse sentido, uma missão, da qual sem dúvida a sociedade civil tem de participar: construirmos um caminho crítico para chegarmos a 2014 podendo arcar com as metas assumidas também na Rio+20.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. LEANDRA GONÇALVES** - Exatamente, essas metas reais que nós temos de fazer de forma mais participativa.

Acho que é isso.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Eu achei uma medida extremamente sensata suspender o café da manhã...

**A SRA. LEANDRA GONÇALVES** - É porque já havia um café muito concorrente para nós. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Mas não é por isso, é porque o Ricardo Tripoli não iria por causa do jogo do Corinthians. *(Risos.)*

**A SRA. LEANDRA GONÇALVES** - Eu pensei a mesma coisa. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Vamos ouvir agora o Jean-François.

**O SR. JEAN-FRANÇOIS TIMMERS** - Obrigado. Vou apresentar rapidamente.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Tripoli, todos da Mesa, muito obrigado. Agradeço o convite da Comissão de Meio Ambiente e também da Fundação Boticário para este evento, vou tentar ir rápido, porque sou o último palestrante e todo mundo está um pouco cansado.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Basicamente, só vou fazer um pequeno contraste. Claro, o número de Unidades de Conservação em todo o mundo — em verde, a área total protegida no mundo — vem crescendo. Mas paradoxalmente aqui vemos o crescimento das áreas marinhas e das áreas terrestres em relação às metas de agir para as áreas marinhas e de agir para as áreas terrestres. Isso em âmbito mundial.

Aqui temos a distribuição de unidades no mundo, marinhas e terrestres. Mas, paradoxalmente, a biodiversidade no mundo continua diminuindo. Na verdade, nós temos uma repartição da biodiversidade desigual no mundo. Ela não está concentrada de forma uniforme no planeta.

E no mar também não: estas são as áreas de maior biodiversidade marinha mundial.

Então, mesmo que nós tenhamos um esforço crescente de preservação, ainda, basicamente 40% das espécies não estão apenas ameaçadas, conhecidas mundialmente; em relação a 14% delas não se tem informação e o resto, ou seja, quase a metade das espécies está em algum grau de ameaça de extinção.

Também há aqui o Índice Planeta Vivo que vai avaliando o tamanho das populações das espécies. E você vê que globalmente também esse índice, que é



um índice de saúde biológica do planeta, está diminuindo. No ambiente temperado, está mais ou menos estável; mas, no meio tropical, está despencando ainda hoje.

Outra medida é uma medida de segurança para a manutenção dos sistemas naturais da terra em razão de alguns critérios.

A mudança climática já passou do limite de segurança para a manutenção da Terra. O ciclo de nitrogênio também. Mas o que está disparado na frente é a biodiversidade. Nós estamos conhecendo a maior extinção em massa, a sexta maior extinção em massa do planeta, estamos perdendo espécies todos os dias. Na verdade, elas estão desaparecendo.

Biodiversidade não é uma questão apenas de serviço ambiental, de biomassa, de carbono, é informação que se perde de forma irreversível. E informação é um acervo econômico fundamental numa economia mundial que, cada vez mais, é uma economia da informação.

Nós estamos trabalhando uma dimensão que é uma dimensão econômica de futuro que precisamos considerar. E estamos mais ou menos aqui, estamos no limite do espaço operacional seguro. A partir de certo nível de ruptura, nós não sabemos o que pode acontecer, qual a reação em cadeia pode acontecer para a perda dessa riqueza e dessa informação para os nossos netos principalmente.

Agora, isso significa que as Unidades de Conservação, consideradas até hoje uma das ferramentas mais importantes e mais eficazes para a proteção da biodiversidade, precisam funcionar. Então, vamos falar do papel das ONGs nesse desafio.

Basicamente, as ONGs — não vou me alongar — mudaram de papel desde que começaram. Na década de 60, ainda éramos pouco reconhecidos. O terceiro setor estava começando num papel muito reativo.

Na década de 70, as ONGs ainda eram muito politizadas e reativas.

Aos poucos, esse papel vem mudando para ser, a partir da Eco 92 e depois da Rio+20, cada vez mais proativa e parceira, protagonista de uma política ambiental.

Um dos exemplos é o ARPA. O ARPA foi um esforço enorme — juntou ONGs, setor privado, fundos internacionais e Governos Estaduais e Federal —, é o



maior esforço de criação e apoio a Unidades de Conservação do mundo nos últimos anos.

Em 2000, 2003 e 2009 houve um esforço gigantesco de criação de Unidades de Conservação, tanto federais quanto estaduais, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral. Não vou entrar em detalhes.

Mas não é só isso, as ONGs, o terceiro setor trabalha também na participação e na mobilização de conselhos de Unidades de Conservação, na organização de arranjos produtivos locais ao redor de Unidades de Conservação. Desde a Eco 92 são centenas, milhares de pilotos acontecendo que ainda não se traduziram em política pública mais ampla. Também trabalha na interação entre governos, escalas de governos, também entre governo e setor privado, na sensibilização da sociedade, em texto e divulgação de tecnologias sustentáveis, tudo controle social. Então, esse é o papel do terceiro setor nessa política.

E o mundo mudou nesse processo, mudou muito nos últimos anos. E, aí, o terceiro setor tem novos desafios também. Uma nova identidade tem de ser assumida em relação a isso. A oferta de recursos para a manutenção do terceiro setor diminui. Isso demanda do terceiro setor mais criatividade, mais proatividade na busca de recursos. Enfim, ele precisa trabalhar num papel participativo nesse novo contexto global, que é um contexto de crescimento econômico forte no Brasil comparado à década de 90, à década de 80.

Para as Unidades de Conservação, também há um grande desafio: sustentabilidade financeira; integração com o entorno e também com o interno das Unidades de Conservação; regulação climática, claro, com o impacto das mudanças climáticas sobre as Unidades de Conservação; manutenção do sistema no atual contexto político econômico, que não é dos mais favoráveis a uma política de conservação.

Agora, as Unidades de Conservação não são apenas espaços mortos ou espaços que sejam empecilhos ao desenvolvimento econômico. Unidades de Conservação são empreendimentos econômicos poderosos.

Só para se pensar nisso, há alguns como Iguaçu, mas há outros tantos símbolos do País que estão em Unidades de Conservação: Cristo Redentor, Fernando de Noronha.



Um estudo feito o ano passado, com a participação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com o IPEA e o Ministério do Meio Ambiente, principal promotor desse estudo, mostrou que, por exemplo, as Unidades de Conservação brasileiras poderiam receber, se forem bem implementadas, 20 milhões de pessoas e visitantes em 2016. Isso geraria um número econômico de basicamente 2,2 bilhões de reais de receita.

O Dr. Vizentin falou, há pouco, que estamos precisando de 20 bilhões para fazer a regularização ambiental fundiária das Unidades de Conservação. Então, essa visitação anual poderia, em 10 anos, pagar a conta. Não é tão grave, isso é um investimento. Também precisam de investimentos, como qualquer empreendimento econômico, para funcionar. E não são investimentos apenas do Ministério do Meio Ambiente ou do Instituto Chico Mendes, são investimentos necessários da área de infraestrutura, da área de promoção social, de diversas outras áreas dos Governos Federal, Estadual e Municipal para que uma Unidade de Conservação possa se tornar, realmente, um empreendimento econômico de sucesso.

Nós estamos andando alertas na floresta, mas estamos junto ao Governo, propondo parceria com o Governo para poder ajudar a implementar.

Uma das questões que estamos propondo fazer logo, e queremos aproveitar a oportunidade para convidar os parceiros do Congresso, também do Instituto Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente, é tentar estudar a representatividade biológica do sistema total das Unidades de Conservação, de forma bem detalhada, para sairmos um pouco do debate das metas reais, de debate quantitativo, quanto de área a mais ou a menos, e partir para uma discussão qualitativa: quanto da biodiversidade do Brasil está hoje protegida pelas Unidades de Conservação?

E, aí, nós temos trabalhado junto para fazer as áreas prioritárias do Cerrado. Há todo esse trabalho conjunto na Amazônia com o ARPA. Só precisamos complementar essa reflexão com a Mata Atlântica, o Pampa e a Caatinga, principalmente a Caatinga, que está precisando de mais atenção das agendas, para podermos ter uma medida clara dos *gaps*. Onde podemos, realmente, ampliar o sistema, não necessariamente de forma extensa para, por exemplo, dobrar a representatividade de biodiversidade no sistema de Unidades de Conservação? Partir para um debate qualitativo desse e associar isso a um esforço de



regularização rápida dessas unidades através de mecanismos que não sejam apenas a compra de terras, mas também a compensação de reservas legais e outras ferramentas que podem nos permitir fazer esse esforço sem entrar em conflito com a questão rural ou o desenvolvimento econômico, pelo contrário.

Então essa é a provocação que eu queria colocar.

Agradeço a todos a atenção. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Muito bom.

Eu estive, por exemplo, no Parque Nacional dos Vulcões, em Manágua, Nicarágua. É uma loucura, há um ônibus, que não é que nem aquele que nos levou para a aldeia indígena — estourou o pneu na ida e na volta —, é campeão o ônibus que sobe naquela coisa do vulcão.

Quando se chega lá em cima, há uma porção de coisas. Por exemplo, gravação do som dos pássaros, das cachoeiras, as memórias, as fotografias.

De alguma forma, a gente aqui não faz isso. Não sei por que. Também não conheço o processo de lá. Mas é a realidade, você chega a qualquer lugar e compra o som das águas, e aqui demoramos...

E parece que a dificuldade que o Roberto tem... Fiz a brincadeira que não saiu a palavra política, você também, de não comprometer o entorno, transformar o entorno desses parques em areados, que são quase caracterizados como inimigos, talvez esse seja o mote de colocar essa população do entorno — entorno é uma palavra muito candanga (*Risos.*) —, talvez seja comprometendo-os com algum tipo de atividade para a gente trabalhar.

Quanto mais nós falarmos sobre isso... Impressionou-me muito o nível de informação de todos, e acho que todo mundo fecha na grande questão... Está presente o Deputado Fábio, do Partido Verde de Minas Gerais, da gloriosa Malacacheta, Fábio Ramalho... Então, nós precisamos entender que temos de construir essas pontes com a sociedade. Porque, sem ela... Sempre que falam de mar eu penso... As pessoas que usam o mar, não só profissionalmente, mas como esporte, por exemplo... Nós precisamos comprometer a moçada do *surf*, do *kitesurf*, não sei o quê, a ter algum tipo de... e eles querem, eles querem compromisso.

Então, na minha visão, nós precisamos...

Há aqui o Deputado Ricardo Tripoli...



**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Sr. Presidente, inicialmente, queria cumprimentar todos os palestrantes desta sessão.

Acho o tema extremamente importante não só para a Comissão de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mas para todo o Congresso Nacional como um emissor de políticas públicas voltadas exatamente para essa área de biodiversidade.

O Brasil é tido como um dos maiores berços da biodiversidade do planeta. E acho que só os brasileiros não entenderam isso até agora. O mundo inteiro especula, o mundo inteiro faz pirataria, o mundo inteiro vem buscar no Brasil uma série de espécies. E o Brasil, como produtor também, não agrega valor às espécies que aqui existem, ou seja, não explora de maneira sustentável esse patrimônio genético que nós temos, que é fundamental.

Eu gostaria de tocar num assunto que é um pouco da minha função como Coordenador de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista: a questão do mar. E acho que faz sentido aqui uma crítica ao Governo Federal. A Presidente Dilma Rousseff não tem, não tem investido em políticas públicas de fiscalização e controle das questões do nosso mar.

E digo isso com tranquilidade porque me lembro de que, no ano passado, houve o episódio da Chevron, que foi algo surrealista. Talvez Salvador Dalí não interpretasse direito, porque o Presidente norte-americano da Chevron trouxe aqui imagens dizendo que o fundo da estação tinha sido isolado e que não havia mais vazamentos. E aí, em seguida, é mostrada, através de uma ONG, uma fotografia idêntica tirada no mesmo dia que demonstra que a foto da Chevron era *fotoshop*. Ou seja, eles tinham maquiado uma fotografia mostrada aqui, numa reunião da Comissão de Meio Ambiente. Eu me lembro que eu adverti o Presidente, dizendo: *“O senhor só não sai preso daqui porque o senhor não está nos Estados Unidos, porque lá com certeza a mentira o levaria à prisão”*. Simplesmente, a mentira o levaria à prisão. Ele ficou meio indignado, mas eu disse: *“Olha, o senhor não pode fazer isso. O senhor está nos tratando como país de terceiro, quinto, sexto mundo. E isso não dá para ser concebível”*. Aí, o Governo demonstra, num momento de altivez, uma multa enorme contra a Chevron, que está sendo discutida, obviamente.



Mas esses recursos, quando entram, vão para um caixa único, que é o Ministério da Fazenda. Ou seja, eles não são diretamente aplicados na área onde deveriam. Os passivos ambientais hoje fazem parte de um bloco que, muitas vezes, vai para destinação de áreas que não são afins. Esse dinheiro é aplicado em outra área e não é aplicado naquela área que deveria.

Essa é a primeira constatação que se faz aqui. O Governo Federal começa a emitir políticas públicas no sentido de que pelo menos, já que não quer investir dinheiro do Tesouro, os recursos advindos dos passivos ambientais sejam aplicados nas áreas de meio ambiente, na nossa biodiversidade.

Nós estamos aqui com alguns representantes de órgãos governamentais, os quais conheço, sei do trabalho, do empenho e da dedicação, mas nós verificamos que nessa área específica a iniciativa privada, as ONGs têm tomado a frente. E acho que fazem muito bem, porque nós não vemos alternativa a não ser essa. Quer dizer, não há mais como ficar se socorrendo da iniciativa privada por uma questão que é pública. Ou seja, essa não é uma PPP ambiental. Há necessidade de o Governo tomar uma iniciativa. E não adianta fazer um discurso e ter uma prática completamente diversa do discurso que o Governo Federal vem fazendo.

Outra questão é a fiscalização e controle. Outro dia, eu levantei uma questão aqui. Eu já tinha sido advertido duas vezes por cidadãos que me mandaram fotografias de navios que estavam jogando água de lastro na nossa costa. E a Marinha me responde, dizendo: *“Não, foi feita uma verificação e tal”*. Óbvio que o navio já tinha ido embora, as coisas já tinham acontecido. A perícia foi feita depois de 15, 20 dias que o navio já tinha partido, um navio de bandeira brasileira e um navio de bandeira estrangeira.

Eu acho que tinham que ser mais rigorosas essas questões. Não dá para soltar água de lastro na costa brasileira. Nós que lidamos com essa questão e vocês que têm o lado científico de aferição sabemos muito bem o prejuízo que é jogar água de lastro.

O Brasil está crescendo. Nós temos hoje vários intercâmbios marítimos com países do mundo inteiro. O Brasil recebe, está atolado nos seus portos de mercadorias que chegam e mercadorias que vão embora do Brasil, mas não se toma cuidado com esse transporte, essa via pública. Essa passagem que é feita



pelas estradas marítimas não tem tido nenhum cuidado. É a mesma coisa se estivéssemos viajando numa Via Dutra e num determinado momento nós parássemos o veículo, descarregássemos toda sujeira do veículo naquele local, ponta de cigarro, lata de cerveja, de refrigerante, saquinho de biscoito, no meio da estrada, e fôssemos embora. Essa é a água de lastro, que, provavelmente vinda de algum local, vai contaminar. E, quando há problemas de ordem de saúde pública, quase sempre, no que diz respeito ao mar — e toda vez em que se fala em poluição o pessoal diz que é o problema da descarga dos esgotos submarinos; eu não sei até que ponto fazer uma aferição nesse sentido —, boa parte é por conta da chamada água de lastro.

Portanto, cabe ao Governo brasileiro tomar uma atitude séria no que diz respeito a essa questão. Senão nós vamos ficar aqui nesse processo filosófico, antropológico, de discutir teses e mais teses, vocês cada vez mais se empenhando nessa questão, o que é extremamente honroso para todos nós aqui da Comissão de Meio Ambiente, mas nós não queremos ser pessimistas. Queremos ser otimistas.

Portanto, é fundamental que o Governo Federal se empenhe para que essas posições que vocês nos trazem aqui se tornem realidade e não fiquem como letra morta em estudos que são tratados. E são estudos de fundamental importância pela sua dimensão, pelo seu caráter científico, e que nós podemos absorver.

Eram essas as minhas reflexões, Sr. Presidente. Acho importante que, cumprimentando todos pelo brilhante trabalho que vêm fazendo, tivessem todos o nosso apoio.

Eu vou fazer uma comparação aqui rápida. Para os senhores e as senhoras terem ideia, o Orçamento do Ministério do Meio Ambiente é o penúltimo em termos de valores. Perde para a Cultura, sendo que a Cultura ainda tem a sorte de ter a Lei Rouanet. O Meio Ambiente nem Rouanet tem. Ou seja, é o final como se fosse alguma coisa que tivesse menos importância. E é exatamente o contrário. A questão ambiental perpassa por toda área de atuação da sociedade no mundo inteiro, e no Brasil não é diferente.

Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Eu acho que há só uma questão de esclarecimento, nobre Deputado. Será que não houve alguma tentativa de encaminhar uma ação legislativa orientando os recursos dessas multas?

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Na verdade, essa questão ambiental não é diferente das outras questões. O recurso vai para um único caixa, um único cofre, e não volta. Em tese, deveria voltar. Mas o que se faz? Quando há recebimento na parte orçamentária, você retira. Então, se você recebeu um passivo ambiental de 1 milhão de reais e consumiu 1 milhão de reais de combustível no Ministério, provavelmente eles fazem essa conta de chegar, e esse dinheiro não chega no Ministério, não chega na ponta da linha e fica na questão administrativa, burocrática do Governo. Eu digo isso com a maior tranquilidade. E não estou aqui por ser um Deputado de oposição, não. Digo isso em todos os Governos, os Estaduais, também, provavelmente, os Municipais, da mesma forma. Mas acho que o Governo Federal deveria tomar dianteira nesse sentido. É um recurso que faz falta e é um recurso que poderia ajudar muito na fiscalização e no controle dessas ações.

Hoje, nós não temos... Não sei se a legislação permitiria, até porque não sei se a matéria é concorrente, mas julgo que seria importante uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça no sentido de saber se poderíamos encaminhar uma matéria que tivesse um atendimento e que fosse... É mais ou menos o que nós fazemos aqui nas chamadas emendas parlamentares. Os Deputados apresentam as suas emendas e no final elas não se consolidam. Das ambientais, então, nem se diga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Talvez, uma “supercarimbada”, não é? Acho que é uma coisa a se estudar. Bom, está franqueada a palavra para resposta. Não sei se o meu amigo... *(Pausa.)*

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - Eu sou Colorado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Foi só falar... *(Risos.)*

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - O Internacional, quando foi lá, fez o que tinha que ser feito. Trouxe a caneca. Vamos ver agora. Não vai acontecer, diz o Deputado, não é? *(Risos.)*

Olha, não se trata propriamente de responder, mas naturalmente dialogar com o nobre Deputado Tripoli, acolhendo a sua crítica, que tem legitimidade antes



de mais nada. Ademais, vindo de uma pessoa, de um Parlamentar comprovadamente engajado, comprometido com o serviço prestado para a causa ambiental, o que eventualmente não enseja nenhum contraponto, mas não vem ao caso, porque queremos valorizar este momento aqui para além de qualquer opinião, eventualmente, não divergente, mas reposicionada, digamos assim.

Eu tenho comigo que, no que pese a crítica ao Governo, a rigor, a sua intervenção tem uma dimensão maior ainda. Ela extrapola os limites de um Governo, seja ele qual for, para alcançar um debate que tem a ver com o próprio projeto de Nação que nós queremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - De Estado.

**O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN** - De Estado e um projeto, quer dizer, de futuro que nós queremos para este País, não é? É bem verdade, apenas para ilustrar, que nós estamos acostumados a ver em diferentes Governos a concessão de incentivo para muitos setores da economia, frente às dificuldades, e possivelmente se justifiquem essas políticas fiscais, tributárias. Mas é muito difícil conseguirmos algum tipo de incentivo para a agenda da sustentabilidade. Nós vemos francamente o esforço do setor privado. Há uma vanguarda do empresariado brasileiro ávida para fazer investimento em novos produtos, serviços, nessa valoração e valorização da nossa riqueza, da biodiversidade, do uso adequado dos recursos. Mas as regras do jogo, as instituições, as normas, também não contribuem, porque todas estão voltadas e constituídas como base e fundamento impulsores de um projeto de desenvolvimento que, na essência desenvolvimentista e no que pese as possibilidades de termos também um desenvolvimentismo de base sustentável, de fato, não incorpora essas possibilidades, essas potencialidades que o País tem.

Então, nós temos evidentemente uma tarefa e nos cabe, sim, um protagonismo inclusive em termos de iniciativas propositivas, como sugere o Deputado. Mas nós temos um grande debate para fazer também no campo do próprio marco legislativo, normativo, de estabelecer essa inversão de incentivos e desincentivos, para promover o engajamento dessas frentes do setor produtivo nacional para essa transição que queremos para a sustentabilidade.



E para não prolongar, eu tenho comigo que o salto que nós temos que dar é um salto direto para a sustentabilidade. O Brasil não tem a possibilidade de fazer, assim como alguns países centrais fizeram, todo um percurso histórico de degradação do seu patrimônio para agora buscar reconstituir essa trajetória ou essa possibilidade. Nós não podemos. Temos que da situação ir direto para sustentabilidade. Isso é um desafio ainda maior. E, evidentemente, como foi colocado aqui, esse é o nosso entendimento, procuramos realmente cumprir essa missão. As Unidades de Conservação são verdadeiros espaços de reinvenção inclusive dessas possibilidades de crescimento, de desenvolvimento.

Quero agradecer, então, e me colocar à disposição também para seguir nessa construção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Quer dizer algo a respeito, Roberto?

**O SR. ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI** - Presidente e Deputado Tripoli, é um prazer estar aqui e realmente quero cumprimentar os colegas pelas excelentes apresentações. Vocês pegaram relativamente leve com a Secretaria. (*Risos.*) A Giovana está aí para também não me deixar falar sozinho. Acho que a gente poderia fazer muito mais, sem dúvida alguma. Eu concordo com as colocações.

Sobre a questão dentro do Governo, como eu disse antes, Deputado, pressão funciona. Todo mundo sabe disso. O segundo princípio do Governo é que as coisas só andam se você carrega de mesa em mesa. Então, de fato, embora eu concorde inteiramente com a sua macrovisão a respeito das Áreas Protegidas Marinhas, há um trabalho de carregar de mesa em mesa que, se fizermos, eu acho que conseguiremos avançar muito. E na reunião da COP 11, de Hyderabad, da Convenção da Biodiversidade, foi apresentado o resultado das EBSAs, das áreas prioritárias marinhas. Nós temos uma visão — WWF mostrou também onde estão as áreas prioritárias globalmente. Isso a gente sabe. Agora, a questão é realmente fazer o trabalho de convencimento local, Presidente, que, embora haja muitas objeções e dúvidas, mas, como nós da Mesa vimos, há um enorme grupo de pessoas, instituições, organizações disponíveis para ajudar a fazer esse trabalho de convencimento. Por exemplo, a proposta de Alcatrazes está andando, porque o pessoal do Estado de São Paulo — não é, Deputado? — está lá incessantemente



conversando. Há essa questão. É uma área em que a Marinha tinha uma atividade. Foi preciso conversar, negociar com a Marinha. É sempre possível se avançar, não é, Presidente? Temos uma lista. Montamos um grupo-tarefa entre o ICMBio, o Gabinete da Ministra e a Secretaria de Biodiversidade e Florestas para pegar todos os projetos de áreas protegidas em cogitação, em criação, para ver realmente o que pode ser feito, primeiro, para acelerar o processo e, segundo, para garantir que a qualidade das propostas seja a melhor possível, porque muito se fala que mandamos para o Governo Federal e o pessoal não assina. Não é só isso, há muitas propostas que chegam ainda com coisas a serem resolvidas e aí é que não andam mesmo.

Então, quero também agradecer a oferta de ajuda de todos os membros da Mesa, para as atividades, tanto do ICMBio quanto do MMA. Essa questão que você colocou, Jean François, de análise de representatividade, é fundamental.

A duras penas, o Presidente do ICMBio e eu colocamos dentro dos indicadores... Junto à Presidência da República, um dos indicadores do ICMBio para este ano, e do Ministério, é a representatividade das espécies da lista raras e ameaçadas de extinção e de espécies endêmicas no Brasil no Sistema de Unidades de Conservação, porque, embora saibamos de alguma coisa, da maior parte não sabemos. E isso é do maior interesse, porque à medida que temos registros de espécies no sistema de UCs, isso permite se reavaliar o grau de risco e tirar espécies que podem estar colocadas como “em perigo”, simplesmente porque não sabemos que em dois, três, cinco ou dez parques aquela espécie está presente. Então, há isso.

Agora, o Presidente me fez uma provação de que eu não falei nada de políticas. Então, queria colocar, Presidente, se o senhor me permite, quais as políticas que estão em cogitação e andamento que são fundamentais para a resolução de algumas das questões que foram colocadas aqui.

Primeiro, a revisão da política de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade. Hoje estamos com uma medida provisória, já se vão 11 anos, que foi montada no auge da pressão contra a biopirataria, mas que hoje é um obstáculo seríssimo ao acesso à biodiversidade brasileira.



Nós estamos trabalhando em vários setores. A Secretaria Executiva do MMA está liderando um processo amplo de consultas para um novo marco legal. Mas dizemos “novo marco legal” porque claramente é em consulta entre o Executivo e o Legislativo que vai se definir de que forma esse marco legal vai ser materializado. Agora, o conteúdo do marco legal está em estágio avançado de negociação e de apresentação.

Já foram feitas várias rodadas com o setor empresarial, com elementos da sociedade civil, amanhã vamos ter uma conversa no CGEN, discutindo como está esse andamento, e os próximos passos vão ser as consultas às comunidades e ao pessoal da repartição de benefícios, aos detentores. Para o Sistema de Unidades de Conservação isso vai ser fundamental, porque uma das previsões é de que o acesso à biodiversidade nas UCs representa uma remuneração e uma repartição de benefícios com as áreas oriundas disso. Esse é um marco legal.

O outro... Houve uma audiência pública aqui, aliás, numa das salas próximas, sobre a proposta de pagamento de serviços ambientais a nível nacional. Eu sei que a SOS está se desdobrando em cima disso, isso é absolutamente fundamental. E, Deputado, isso tem que andar. O Ministério está fazendo o que é possível para auxiliar o Legislativo nisso, porque, sem uma lei de pagamento de serviços ambientais, nós vamos ter o que nós já temos, que são ações na escala local, regional, mas sem uma adesão nacional ao sistema que permita isso.

À questão marinha eu fiz referência. Realmente, muito pode ser feito. Não sei se a Lei do Mar seria o ideal ou não, mas é essencial que o Governo Federal, o Estado Nacional assumam uma liderança nisso, porque é a instância de interlocução.

Com o pessoal que você falou, realmente, existem “n” interesses econômicos, mas há interesses econômicos também, não é, Deputados? Se o pessoal quiser entrar na área de óleo e gás, vai ter que entrar com melhores práticas, como é exigido em qualquer parte do mundo. Esse negócio chegou ao limite.

Hoje, por exemplo, grande parte das restrições nos Estados Unidos sobre óleo e gás *offshore* são fundamentadas na fragilidade ambiental. A não ser que o setor de óleo e gás consiga mostrar padrões mais elevados de desempenho ambiental, muitas áreas que eles têm interesse vão ficar restritas ou fechadas.



Aqui no Brasil temos que procurar adotar uma política semelhante, que vai começar realmente por designar, como já se falou: em Abrolhos é isso. Ali só vai poder haver atividade se conseguir realmente que haja um conjunto de práticas que hoje, por enquanto, não está na praça. Ali há problemas não só do coral, mas de rotas de migrações de muitos mamíferos marinhos e estoques pesqueiros importantes. Ou seja, não podemos chegar e dizer, “*ah, é só uma questão ambiental*”. São muitas questões, a pesca artesanal.

Então, isso aí, Presidente, não seria um só dispositivo. Temos que contar um conjunto de diplomas legais. A questão das UCs, do SNUC. Eu lhe passei aí uma proposta. Hoje, metade do SNUC, na minha estimativa, ainda não está regulamentado. Por exemplo, há dispositivos do SNUC que implicam a remuneração por parte de usuários de hidrelétricas e outros de águas que saem do sistema de UCs. Isso está lá, mas não está regulamentado.

Também, atuei durante 17 anos no terceiro setor, e a minha visão é que o Governo, nesse ponto, tem que ser mais um facilitador do que um executor. Então, não é pegar e licitar para um parque ou reserva para operação, para outro operador. Não é isso, mas há de ser um facilitador de um conjunto de atividades que vai se ter dentro dos parques e reservas aí fora, sem abrir mão do elemento organizador do papel do ICMBio, mas com a convicção, Presidente, de que o ICMBio não vai fazer tudo sozinho.

Em dez de cada dez países do mundo que têm estratégia de conservação quem carrega o piano não é só o Governo, mas também o terceiro setor, o setor empresarial. Acho que muito do que não está sendo feito no Brasil deveria ser feito, mas não necessariamente pelo Governo e nem pelo ICMBio. Grande parte das atividades de trilhas, de educação ambiental, mesmo de uso econômico nas UCs, de uso sustentável, não é função do Governo. Mas o Governo, como gerente do sistema, tem que fixar estratégia.

Então, um aprofundamento, uma regulamentação do SNUC é uma das políticas. E aí acho que realmente temos que vestir a carapuça, que o Ministério tem muito a fazer ainda na regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Contamos com o apoio de todos.



O último é a questão das listas de espécies raras ou ameaçadas, a Lista Pet, que o Deputado Tripoli mencionou também. Temos que avançar nisso, porque estamos... A lista das espécies invasoras... Não existe uma lista nacional de espécies da fauna invasora, se não me engano. Isso eu preciso dizer, porque o problema da água de lastro não é a água, são as espécies que estão ali dentro. Então, dizem o seguinte: “*Se há espécie x, y, z na água de lastro, não pode soltar*”. Não é por causa da água, é por causa... Realmente, temos que ter uma regulamentação mais clara.

Estou disponível, e todos nós aqui estamos disponíveis, Deputado, para quando o senhor quiser nos convidar para discutir essas políticas, pois temos que ter muita clareza sobre as políticas que precisam avançar.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Penna) - Bom, nós estamos aqui sempre à disposição, e, para rompermos essa dificuldade de falar entre nós, acho que esta Casa, como representante da sociedade brasileira, é justamente o instrumento que possibilita transformarmos essas questões em questões de interesse da sociedade brasileira.

Estamos encerrando. Vocês querem fazer algumas considerações finais? Não? Lembro que amanhã, quarta-feira, às 10h, no Plenário 2, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizará a última reunião deliberativa ordinária.

As apresentações dos palestrantes dessa audiência pública estarão à disposição dos interessados a partir de amanhã na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Agradeço a presença a todos. Vamos em frente.